

# REVISTA DA **ASTRAI**

Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas

**HORÁRIO RESERVADO À  
PROPAGANDA ELEITORAL  
LEI Nº 9.504/97**

## **ELEIÇÕES 2014 - O DESAFIO DAS EMISSORAS LEGISLATIVAS**

**DIREITOS E DEVERES DAS TVS DURANTE O PERÍODO ELEITORAL**

**GOVERNO ANUNCIA CRONOGRAMA DE DESLIGAMENTO DA TV ANALÓGICA**

**SISTEMA INÉDITO PERMITE TROCA DE CONTEÚDO ENTRE PARCEIRAS**

**REDE LEGISLATIVA COMEÇA PROCESSO DE EXPANSÃO NO RÁDIO**

# ASSUMA O CONTROLE

Soluções de ponta a ponta para TVs públicas e legislativas



Somos especializados no mercado público e legislativo, e por isso sabemos dos novos desafios impostos às emissoras de TV do setor. Oferecemos projetos inteligentes, otimizando a operação e se encaixando em qualquer orçamento.

## DIGITALIZAÇÃO

Em parceria com a CloudTV, desenvolvemos o serviço de digitalização rápida de acervos, tornando o seu legado disponível para uso, de maneira simples e ágil, além de torná-lo compatível com as novas tecnologias de cloud computing.

## CATALOGAÇÃO

A gestão de conteúdo em uma emissora de TV é um grande desafio nos dias de hoje, já que os volumes de material digital crescem diariamente.

Para atender essa demanda firmamos uma parceria com a Media Portal, principal desenvolvedor nacional de sistemas de MAM.

Essa ferramenta já é utilizada na TV Cultura, EPTV, TV TEM, TRAFFIC, SENAC, SESC, entre outros.

## CLIENTES EM TODO O BRASIL

TV Câmara São José dos Campos (SP).

TV Câmara Bauru (SP).

TV Câmara Sete Lagoas (MG).

Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

DESSE E COMEÇA  
[www.4k.tv.br](http://www.4k.tv.br)  
15 3218.1178



# CONQUISTA DE ESPAÇO NO MUNDO GLOBALIZADO

**A**cada edição da **Revista Astral**, apresentamos mais conquistas. Somos, hoje, o sistema de comunicação mais organizado do campo público. Outras redes começam a dar os primeiros passos, o que é bom para todos, mas podemos nos orgulhar de já ter superado etapas importantes a ponto de sermos reconhecidos publicamente pelo Ministério das Comunicações como um modelo que pode servir de referência aos demais canais públicos no país.

Como emissoras em sinal aberto e gratuito ou integrantes da grade de programação dos canais por assinatura, vamos enfrentar nosso grande teste de fogo: as eleições de 2014. A legislação determina que todas as emissoras em sinal aberto e de responsabilidade do Poder Legislativo devem seguir as mesmas regras durante o período eleitoral. Não é apenas exibir a propaganda política obrigatória e mais as inserções de 15 ou 30 segundos ao longo da programação. Como TVs legislativas, é fundamental que tenhamos muito clara a linha que divide a cobertura de atividade parlamentar da promoção pessoal de candidato A ou B. A grande maioria dos gestores das emissoras legislativas mais atuantes na Astral está alinhada a este pensamento.

A TV legislativa é do cidadão. Prestamos um serviço à sociedade brasileira que merece informação isenta, clara e de qualidade para formar suas convicções políticas e ideológicas.

Em breve, com o desligamento da TV analógica, previsto para acontecer entre 2016 e 2018, conforme calendário recentemente divulgado pelo Ministério das Comunicações, disputaremos espaço com as TVs comerciais na cobertura das ações do Parlamento. Não teremos mais intermediários e as emissoras legislativas públicas prestarão o serviço de informar

o cidadão. Estamos conquistando nosso espaço no mundo globalizado.

Outro mito que rompemos é de que ninguém assiste às emissoras legislativas. O Ibope fez uma medição para a TV Câmara dos Deputados e o resultado foi excelente. Apenas em oito capitais que operam em sinal aberto e digital (onde disputam espaço com as gigantes), a audiência foi de mais de 3, 5 milhões de espectadores no primeiro semestre deste ano. O número é maior do que canais a cabo voltados para o público feminino ou aqueles específicos de futebol, por exemplo. Rompemos a ideia de que ninguém nos assiste. Outra realidade interessante vem dos canais das câmaras municipais do interior do país, onde há lista de espera de pessoas interessadas em participar dos programas de entrevistas. A comunidade quer se ver.

Nossa luta por direitos e mais espaço é constante. Participamos ativamente de audiências públicas na Anatel sobre o edital de venda da faixa de 700 MHz e não recuamos um único passo para garantir que todas as emissoras sejam contempladas com canais mais baixos. Também conseguimos a promessa de que não haverá prejuízo para os órgãos públicos que já investiram em equipamentos de transmissão.

Por fim, gostaríamos de saudar a parceria com a Sociedade de Engenharia de Televisão que, a cada ano, promove um evento ainda mais interessante e complexo, conectado a todas as tendências de equipamentos e produção para televisão. A Astral está presente no SET EXPO 2014, maior evento da América Latina, e o resultado você poderá acompanhar na próxima edição da nossa **Revista Astral**.

**Rodrigo Lucena**  
*Presidente da Astral*

# ELEIÇÕES

O diz a legislação para  
cobertura jornalística e de  
plenário durante período eleitoral **20**



## ASTRAL

### **PRESIDENTE**

Rodrigo Barreto Lucena  
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

### **1ª VICE-PRESIDENTE**

Evelin Maciel  
Câmara dos Deputados

### **2º VICE-PRESIDENTE**

Sérgio Figueiredo  
TV Câmara de Ribeirão Preto

### **DIRETOR TÉCNICO**

Wanderley de Oliveira  
Assembleia Legislativa do Mato Grosso

### **SECRETÁRIO GERAL**

Afonso Lopes  
Assembleia Legislativa de Goiás

### **TESOUREIRO**

Guilherme Brandão Minassa  
Câmara Municipal de Belo Horizonte

### **CONSELHO FISCAL**

#### **| TITULARES**

Marisa Elisete Libardi  
TV Câmara dos Vereadores de Piracicaba - SP

Antônio Magalhães

TV Assembleia Legislativa de Pernambuco

Maurício Pandolphi

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

#### **| SUPLENTE**

Suelen Costa  
Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Pedro Motta Lima

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

### **CONSELHO TÉCNICO**

Marcos Amaral Rainho Ribeiro  
Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Carlo Antônio

Câmara Municipal de Itajaí - SC

Vicente Romano

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Luís Flávio Menezes

Câmara dos Deputados

Evandro Castanheira Lacerda

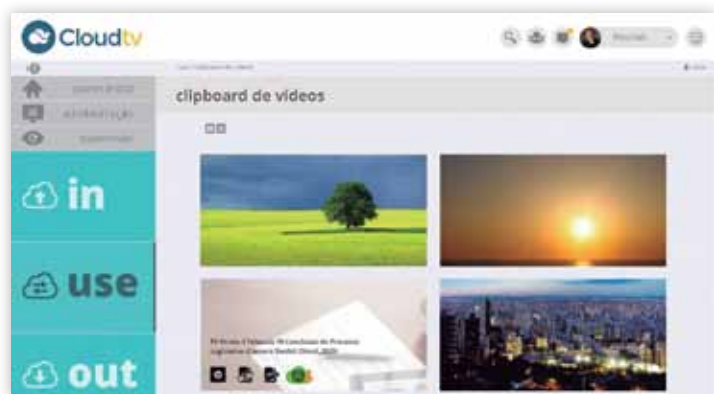
Câmara Municipal de Lavras - MG

**ASTRAL - Associação Brasileira de  
Televisões e Rádios Legislativas**

SGAS 902 – Ed. Athenas – Bloco C  
Salas 120/127 – Asa Sul – CEP: 70390-020 – Brasília | DF  
www.astralbrasil.org | Tel: +55 (61) 3037-3773

## TECNOLOGIA **10**

Como será a troca de conteúdo entre emissoras associadas à Astral



## ENTREVISTA **33**

Novo diretor do MinCom reconhece interferências de sinal de TV e internet



## **08** EXPO SET

Astral participa de maior evento de rádio e TV e do país

## **13** ARTIGO

Amplie sua visão sobre o futuro da radiodifusão

## **16** TIRA DÚVIDAS

Como será o desligamento do sinal analógico no país

## **28** DIREITOS

Garantias para emissoras com a venda da faixa de 700 MHz

## **31** ARTIGO

Audiência da TV Câmara medida pelo Ibope

## **37** RÁDIO

Começa por Cuiabá a expansão do sinal da Rádio Câmara

## **39** BALANÇO

Rede Legislativa chega a mais capitais e interior de SP e MG

## **44** ASSOCIADOS

Novidades das TVs legislativas espalhadas pelo Brasil



### ADMINISTRAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA:

Rua Voluntários da Pátria, 2820 – sala 111  
Santana – CEP 02402-100  
Tel.: +55 (11) 2283-2563

### EDITOR

Carla Bisol  
redacao@astralbrasil.org

### PUBLICIDADE

Edmilson Oliveira  
comercial@astralbrasil.org

comercial@embrasec.com.br

### ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Faria de Oliveira  
anamaria@embrasec.com.br

### DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Janaina Cavalcanti | jan\_ac@hotmail.com

### REVISÃO

Isabel Alencar | alencar.isabel@gmail.com

### IMPRESSÃO

Silvamarts Gráfica e Editora

### VERSÃO ELETRÔNICA

EMBRASEC | web@astralbrasil.org

### DISTRIBUIÇÃO

MTLOG BRASIL e CORREIOS

REVISTA DA ASTRAL

ANO 03 | Nº 06 | AGOSTO/2014



## Financiamento público para emissoras

O presidente da Astral, Rodrigo Lucena, defendeu na Câmara dos Deputados uma ampla discussão sobre o modelo de TV pública no país com o objetivo de definir critérios para distribuição de recursos públicos. “O principal recurso deve estar consignado no orçamento da União. E a partir da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, prevista na lei da EBC que começa, de fato, a funcionar, uma parcela deve migrar para a rede legislativa”, declarou Lucena. Criada em 2008, a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública deve ser recolhida anualmente pelas operadoras de telecomunicações e radiodifusão e distribuída da seguinte forma: 75% dos recursos para a EBC, 2,5% para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e 22,5% para as demais emissoras públicas, como TVs e rádios comunitárias, legislativas, educativas e universitárias.



Presidente da Astral defende modelo para TV pública

## Flexibilização da Voz do Brasil

A comissão mista de senadores e deputados federais, criada para analisar a Medida Provisória 648/14, aprovou o relatório do senador Ricardo Ferraço que flexibiliza de maneira permanente o programa “A Voz do Brasil” entre 19h e 22h. A obrigatoriedade da transmissão às 19h ficará apenas para as rádios educativas.

Com a aprovação, a MP tem até o final de setembro para ser analisada pelo plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Segundo o relator, a experiência da flexibilização durante a Copa do Mundo foi positiva e atendeu aos interesses das rádios e dos ouvintes, que puderam escolher o que escutar durante o período de três horas.

A MP 648/14, assinada pela presidente Dilma Rousseff, atendeu a um pleito da Associação Brasileira de Rádio e TV e das Associações Estaduais de Radiodifusão.



Voz do Brasil no ar desde 1938

## Governo busca interessados na faixa de 700 MHz fora do país

Com o aparente desinteresse das operadoras de telecomunicações que operam no Brasil em investir na faixa de frequência de 700MHz, o governo federal foi buscar investidores no exterior. Em junho, uma comitiva liderada pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, esteve em Nova York e Londres.

O objetivo foi apresentar o mercado brasileiro de

telecomunicações e divulgar o edital, com o intuito de atrair empresas que ainda não atuam no Brasil. A primeira parada do grupo foi em Nova York, onde aconteceu uma reunião comercial promovida pelo Consulado-Geral do Brasil, além de reuniões com investidores. Em Londres, também houve um evento promocional pela Embaixada do Brasil, com encontros bilaterais.

## Seminário Nacional de TVs legislativas

A Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas promoveu, em maio, o seminário nacional de emissoras de câmaras municipais, assembleias legislativas e TV Câmara e TV Senado. O encontro contou com a presença de parlamentares, gestores públicos, jornalistas e engenheiros de todo o país dispostos a consolidar e ampliar a Rede Legislativa de TV Digital.

Em uma das palestras, o então diretor do Ministério das Comunicações, Octávio Pieranti, informou que a maioria dos 400 pedidos de consignação já está na Anatel para indicação do canal. Esse deve ser o primeiro passo para que o Ministério libere novas consignações para as câmaras municipais. A orientação agora é que haja a indicação do canal para que o legislativo local apresente o projeto técnico e compre os equipamentos de transmissão em seis meses.

Em outro momento, a Astral apresentou seu projeto para troca de conteúdo entre as emissoras legislativas, desenvolvido para Cloudtv, e dis-

cutiu as regras para o período eleitoral. “Como estão em sinal aberto, as TVs legislativas devem se adequar a mesma legislação das emissoras comerciais e precisam ter cuidados para evitar problemas com a Justiça Eleitoral”, afirmou o diretor de jornalismo da Câmara dos Deputados e ex-presidente da Astral, Antônio Vital.



Astral discutiu futuro das TVs legislativas no país

## Encontro técnico em São José dos Campos

O seminário sobre tecnologias de TV, organizado pela Câmara Municipal de São José dos Campos (SP), reuniu, em abril, representantes de emissoras do Legislativo de 27 cidades de seis estados para apresentar as novidades em tecnologia para instalação de TV e rádio, armazenamento de conteúdo e contratação de pessoal. Engenheiros especializados no setor apresentaram formatos de captação e transmissão de imagens para que as câmaras municipais possam transmitir com qualidade dentro do orçamento previsto. Representantes de emissoras municipais que já estão no ar em sinal aberto e digital compartilharam suas experiências com parceiros que estão em fase de implantação de novos canais.

Também foi amplamente discutido o impacto da venda da faixa de 700 MHz para empresas de telecomunicações para uso da tecnologia 4G. As

emissoras legislativas, antes alocadas entre os canais 60 e 69, deverão ser transferidas para canais mais baixos até o número 51.



Encontro apresentou tecnologia de ponta para emissoras

# Astral participa do SET EXPO 2014

## Acordo firmado com a Sociedade de Engenharia de Televisão permite troca de experiências

**G**estores públicos, engenheiros e jornalistas das emissoras legislativas associadas à Astral estarão presentes no SET EXPO 2014, que acontece de 24 a 27 de agosto, no Expo Center Norte, em São Paulo (SP). Promovido pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), a exposição integra o 25º Congresso Anual da SET e a Feira de Equipamentos, Tecnologia e Serviços aplicados aos Mercados de Broadcasting, Telecomunicações e Mídias Convergentes.

São mais de 160 palestras e 300 empresas expositoras no evento que debate o futuro da radiodifusão digital brasileira num momento crucial. “Nosso setor passa por grandes transformações em razão da cessão de banda de 700 MHz para o LTE e o desligamento das transmissões de TV analógicas e suas consequências. Em paralelo, teremos a oportunidade de vislumbrar o que é atual na radiodifusão e o seu futuro, que envolve as tendências de usar e aplicar novas tecnologias, e a criação de negócios interessantes para o mercado em que atuamos”, afirma Olímpio José Franco, presidente da SET.

Um dos temas que promete atrair a atenção dos participantes é a tecnologia usada nas transmissões de TV durante a

Copa do Mundo do Brasil. Serão apresentados experimentos com a tecnologia 4K, com resolução de imagem quatro vezes maior do que a Full HD, bem como o gerenciamento e armazenamento das imagens produzidas durante os jogos do mundial.

Outro assunto que interessa aos radiodifusores é a inevitável integração da TV com a

Internet. Especialistas brasileiros e estrangeiros analisarão a TV inteligente e a TV pública digital interativa. A diretora da SET, Valderez Donzelli, será a moderadora do painel ‘Switch off: Planejamento. Perspectiva. Recepção’. Para Valderez, o switch off brasileiro é bastante complexo e envolve muitas perguntas que ainda precisam ser respondidas. [▶](#)

### PRINCIPAIS TEMAS DO SET EXPO 2014

- A visão atual e futura do ISDB-T, padrão atual da TV brasileira
- Questões relacionadas ao espectro de radiofrequência no mundo e aos 700 MHz no Brasil e no Japão
- Interiorização da TV digital
- Switch off
- Debates sobre os resultados das transmissões de TV feitas pelas operadoras de satélite na Copa do Mundo e suas previsões para as Olimpíadas de 2016
- O futuro da mídia
- Produção de jornalismo no rádio e na TV
- Transição do rádio AM para o FM
- Tapeless, baseado em redes de TI
- Cloud computing
- Distribuição de vídeo por rede IP (Internet Protocol)







# LEVE A TV DIGITAL PARA SUA CIDADE COM UMA DAS LÍDERES INTERNACIONAIS EM BROADCAST.

Conte com a experiência de 25 anos da SCREEN, uma das líderes italianas na produção de equipamentos de broadcast para televisão, e implante a TV Digital na sua cidade. As soluções completas fazem da Screen a sua melhor escolha e já estão presentes na TV Câmara de São Paulo e de Pouso Alegre.

## FÁBRICA NO BRASIL

Agilidade na entrega do produto.

## TECNOLOGIA INOVADORA

Garantia de alto desempenho.

## SUPOORTE TÉCNICO

Atendimento rápido e confiável.

## MAIS ECONOMIA

Não haverá custo com veiculações de conteúdo de outros canais.

## DESIGN COMPACTO

Adaptabilidade e economia de espaço.

### POR QUE LEVAR A TV DIGITAL PARA SUA CIDADE:

- Transparência e reconhecimento das atividades dos poderes Executivo e Legislativo.
- Transmissão de programas culturais.
- Presente em algumas câmaras do Brasil, entre elas a de São Paulo.

Av. dos Alecrins, 740 - Distrito Industrial - Pouso Alegre/MG • Tel.: (35) 2102-3100 • info@screenbrasil.com.br

[www.screenbrasil.com.br](http://www.screenbrasil.com.br)



# TVs Legislativas dão importante passo para troca de conteúdo virtual

## Associadas à Astral poderão ter acesso a material produzido por parceiras em formato de biblioteca digital inédito no país

POR | REDAÇÃO

Imagine um acervo com documentários e o melhor da produção de cada emissora, catalogado por assunto e de fácil acesso? Pois a Astral está à frente de um projeto que irá permitir a troca de conteúdo entre as TVs associadas de forma simples e rápida.

A rede de compartilhamento funciona por meio de um sistema em que os usuários poderão pesquisar material produzido em diversos pontos do país e utilizar em sua própria grade de programação. Essa ideia aumenta a diversidade de conteúdo exibido e valoriza a difusão da cultura regional.

A Astral buscou uma parceria com a CloudTV, empresa especializada no desenvolvimento de ferramentas de *cloud computing* (computação em nuvem) para emissoras de TV, que agora terá a primeira iniciativa de abrangência nacional de gerenciamento de acervos internos. “O desafio inicial do projeto foi viabilizar uma ferramenta que conseguisse enviar, centralizar, organizar, transcodificar e distribuir o material a partir de diversos pontos”, explica Murilo Santos, diretor executivo da CloudTV.

O processo de troca de conteúdo se dá por meio de *Media Asset Management* (MAM), ou seja, o gerenciamento de ativos de mídia, uma solução muito conhecida no ambiente de televisão privada, porém ainda pouco difundida no país em razão do alto custo. O MAM tomou ainda mais corpo com a migração do armazenamento de conteúdo de fitas para os formatos digitais, o que, em pouco tempo, será o único formato existente.

“A CloudTV ofereceu à Astral um sistema que alia uma poderosa ferramenta de MAM, totalmente em português, com os benefícios da ope-

ração em *cloud computing*, onde não se faz necessário o investimento em *hardware* ou *software* para a captura, armazenamento e gestão dos ativos”, esclarece Santos.

Inicialmente, seis casas legislativas participam do projeto piloto: as Assembleias Legislativas de Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo, a Câmara Municipal de Belo Horizonte (MG), além da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O primeiro passo foi a alimentação do sistema com conteúdo fornecido pelas emissoras provedoras. São documentários e produções especiais de qualidade, na maioria dos casos sobre a história, cultura e gastronomia da região. Depois de parte do conteúdo ter sido colocada no sistema, começou, em abril, a fase de testes. No mês seguinte, o projeto foi apresentado oficialmente aos associados da Astral, durante seminário da entidade em Brasília (DF). Sugestões de subdivisões por assuntos e solicitações técnicas foram incorporadas ao sistema. Atualmente, o sistema está em fase de customização, recebe nova interface e é ajustado para atender às demandas dos futuros usuários.

## Computação em Nuvem

Quando se fala em *cloud computing*, fala-se na possibilidade de acessar arquivos e executar diferentes tarefas pela internet. Utiliza-se a memória e a capacidade de armazenamento de computadores e servidores interligados. Assim, os serviços podem ser acessados de qualquer lugar do mundo, a

qualquer hora, sem necessidade de instalação de programas ou de armazenamento de dados.

A utilização da computação em nuvem para o sistema de troca de conteúdo oferece diversos benefícios:

- **Baixo investimento:** sem necessidade de hardware ou software para usar a ferramenta
- **Escalabilidade:** a utilização do sistema cresce de acordo com a demanda e também pode diminuir se for necessário
- **Disponibilidade:** o sistema está disponível por 24 horas por dia, sete dias da semana, durante o ano todo, sem falhas ou interrupções
- **Ilimitado:** não há mais limites físicos e geográficos para realizar a distribuição dos conteúdos
- **Flexibilidade de uso:** caso seja necessário parar de usar o serviço, não haverá perda de investimento ou contratos leoninos
- **Segurança:** os servidores escolhidos para sistema da Astral são da Amazon Web Services, os maiores servidores do mundo, com alto grau de segurança e confiabilidade

## Evolução do FTP

Atualmente, a forma mais utilizada para repassar o material produzido por uma emissora para uma parceira é por cópias em DVD ou por FTP (*File Transfer Protocol*, em português Protocolo de Transferência de Arquivos), uma forma simples de enviar arquivos pela internet. “O FTP permite troca de ponto a ponto. Uma emissora pede e a outra repassa. O que propomos é uma troca coletiva, inteligente. Você pesquisa o assunto que te interessa, assiste em baixa resolução e, depois, pode fazer o



Diretor da Cloud TV prevê marco para TV Legislativa

download do material”, explica Murilo Santos.

Outra vantagem do sistema proposto pela CloudTV que o diferencia ainda mais do FTP é a transcodificação, isto é, o arquivo escolhido é baixado no formato desejado pela emissora, pronto para ir ao ar.

O projeto de rede de compartilhamento é um passo fundamental para a diversificação de conteúdo na programação das emissoras legis-

“A CloudTV ofereceu à Astral um sistema que alia uma poderosa ferramenta de MAM, totalmente em português, com os benefícios da operação em cloud computing, onde não se faz necessário o investimento em hardware ou software para a captura, armazenamento e gestão dos ativos”

**Murilo Santos**  
Diretor Executivo da CloudTV

lativas. “No primeiro momento, apenas matérias especiais e documentários serão disponibilizados. Mas a meta é trocar conteúdo diário a ponto de se criar um telejornal em rede com matérias de vários pontos do país”, prevê Rodrigo Lucena, presidente da Astral.

“Isso certamente será um marco na forma de se fazer TV Legislativa no Brasil. Teremos grades muito mais interessantes, onde os pequenos municípios poderão fazer uso de materiais que até então seriam impossíveis de se obter, por diversos motivos, desde a limitação técnica até os custos de investimento”, acredita o diretor da CloudTV.

### Como usar

Após entrar oficialmente em uso, o sistema funcionará da seguinte maneira:

**Os associados da Astral terão acesso ao sistema em um endereço web (URL). Eles encontrarão basicamente três grandes áreas para operação:**

- **Entrada:** as operações de envio de conteúdo serão por essa área;
- **Gerenciamento:** local de pesquisas, catalogação e organização. Após pesquisar, o associado poderá assistir a uma prévia do conteúdo em baixa resolução e apontar os conteúdos de maior interesse e relevância naquele momento;
- **Saída:** as requisições para recuperação de um conteúdo serão feitas por esta área, onde também se acompanhará os processos de requisição em andamento. O material selecionado será baixado para um computador pré-designado dentro da estrutura da emissora, já no formato de vídeo utilizado pela TV. 📺



# Tendências tecnológicas e espectro

POR | RONALD SIQUEIRA BARBOSA

Vou repetir: Eu avisei que o caminho não era para cavaleiros descuidados, por isso eu tive que ir a pé, mas a distância não era longa.

Sempre que se tem uma discussão sobre tecnologia ou tendências tecnológicas em qualquer área ou setor, deve-se observar a tendência na aquisição de uma tecnologia pelo usuário final em seu país e nos países desenvolvidos. Esse usuário final pode ser integrante da população em geral, como podem ser várias instituições que adquirem seus produtos de olho na questão tecnológica.

Esse usuário final precisa ser o indicador dessa tendência a fim de informar bem como essa tecnologia tem caído no gosto da população que a consome e a taxa de crescimento de consumo com que isso se dá.

Outro ponto importante a se observar são os serviços que são disponibilizados e ficam ao alcance da população. Nesse caso, a tecnologia atinge o usuário final via serviço. Em determinados casos, o usuário final não tinha interesse em adquirir um produto pela tecnologia.

Entretanto, como os serviços foram facilitados a partir de determinada tecnologia, passou-se a consumir determinado produto pelo benefício de ter serviços que muito ajudam no bem-estar das pessoas e empresas.

Por fim, deve ser observada a tendência do mercado, mercado esse que pode ter um universo definido pela indústria, genericamente falando, pelas empresas que prestam serviços e também por aquelas que desenvolvem tecnologia.

Nesse cenário, podemos pensar em exercitar

nossa mente, não para o ano que vem, mas para um período não superior a cinco anos, como o início de mudanças consideráveis no setor da radiodifusão e também no de telecomunicações.

O que temos? Temos a nuvem. E como ela afeta os negócios? Como nos preparamos para um público que tem adquirido seus *tablets*, *smartphones* e outros dispositivos (*gadgets*) móveis e estão sedentos por acessar o conteúdo de seu interesse no momento em que este for disponibilizado na nuvem e no horário que melhor lhe convier?

Falando sério, qual tem sido a nossa avaliação sobre implementações de banda larga móvel global e as previsões para telecomunicações móveis internacionais? Em que etapa está?

Será nossa missão defender apenas, até a morte, o que temos?

Não temos acompanhado as discussões sobre radiocomunicação cognitiva?

Lemos ou não lemos o **Relatório ONU/UIT 2013: Medindo a Sociedade da Informação**? Nós o discutimos interna ou externamente? Ou isso não tem nada a ver?

Achamos que **sistema de transmissão em banda larga e radiodifusão, integrados**, são uma etapa da 'coisa' ou são a própria 'coisa'?

Podemos ter *smart cities* no Brasil algum dia?

Se podemos, procuraremos saber como serão?

Pode M2M se tornar uma realidade pelo 5G no mesmo momento do surgimento do 8k? As empresas de telecomunicações sabem disso? Quais



serão os gargalos para as operadoras de telecomunicações? E o que temos feito a respeito? O que dizer do espectro de radiofrequências e seus desafios?

Steven Johnson, em seu livro de 2010, já perguntava: “De onde vêm as boas ideias”?

Agora eu questiono: O que é realmente CRIATIVIDADE, EVOLUÇÃO e INOVAÇÃO? Vamos dar nomes aos bois?

Fala sério: *Touch Screen* é ou não é uma INOVAÇÃO? Então: “*give me back my keys*”. Sabemos o caminho? Nós temos a televisão digital, o rádio digital, ops! E a migração.

A radiodifusão não perde tempo e entende a mensagem que está na nova geração. A mídia social significa o compartilhamento por **comunidades virtuais e redes** que utilizam a Internet como forma de expressar sua criação, obter informação, trocar ideias, marcar encontros e ter o seu tempo despendido nessa forma de comunicação. Gerar conteúdo interativo no rádio e na televisão serviria como modelo para a rede virtual e estaria plenamente identificado e incluído na mídia social. Ouviu? “*Give me back my keys*”.

**Com o METADATA, pode-se:**

- a) criar um contrato de aquiescência ou conformidade
- b) distribuir Digital Right Management (DRM)
- c) controlar todos os níveis da programação

**d) possibilitar em alguns (ou em todos) níveis a inserção local de informação, serviço ou programa, ajudando na forma própria de se comunicar e) Ter mais controle sobre a receita, os lucros, etc.**

Ela estará pronta para passar por distribuidores de toda a forma, interação entre consumidores e, o que parece ser o mais importante, gerar publicidade personalizada.

Esse será nosso passo inicial para a nuvem. Vamos continuar? Então vamos.

Que projeções indicam acréscimo ou decréscimo das receitas do rádio e da televisão para os próximos cinco anos?

No caso das emissoras públicas, isso não é relevante para a mudança de tecnologia analógica para a digital. É uma decisão de governo.

A medida do espectro para crescimento da banda larga móvel em detrimento de outros serviços é algo preocupante, pois não há um critério de equilíbrio para prover tratamento isonômico às necessidades de espectro para os serviços de radiodifusão.

Na WRC 2015, o setor de comunicações móveis e banda larga espera que seja identificado 1 GHz de frequência adicional para aumentar a capacidade de serviço. Mais para a banda larga do que para *cell phone*.

Esse 1 GHz será o somatório de subfaixas e fai-

xas de frequências que tinham outra atribuição. Tudo em nome do **uso eficiente do espectro**.

Por outro lado, há uma infraestrutura de instalação para a digitalização das transmissões de radiodifusão que o mercado não conhece.

- Qual o custo da infraestrutura da radiodifusão?
- Em que a digitalização ajuda na redução de consumo de energia de produtos e equipamentos, e no consumo de energia da empresa como um todo?
- Quanto o setor tem importado nos últimos 10 anos?
- Quanto importará nos próximos 10 anos?

Essas e outras questões não são debatidas. E, com isso, perde-se a oportunidade de dar peso específico às questões relativas ao setor, no momento da negociação de valores como espectro, compartilhamento de faixas de frequências, convivência de serviços e atribuição de faixas de radiofrequências.

A predição que se tem atualmente é que um volume de 12 vezes mais dados trafegarão, até meados de 2018, pelas redes móveis se comparados com o tráfego de hoje. Grande parte desses da-

dos será oriunda de conteúdo da radiodifusão.

Contudo, *hybridcast* tende a ser a forma com a qual a radiodifusão agregará ou combinará, num primeiro momento, conteúdo de radiodifusão e distribuição por meio da telecomunicação.

Nesse escopo, estará a convivência da primeira com a segunda tela e essa é uma tendência que as novas gerações já têm experimentado. Porém, ainda não houve um compartilhamento programático de forma que os jovens possam ter acesso a conteúdo da televisão pelo *smartphone* ou *tablet* em tempo real e on-line.

Discussão para o próximo artigo.

.....  
**RONALD SIQUEIRA BARBOSA É MESTRE EM CIÊNCIAS PELO INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA (IME), CONSULTOR DE TECNOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSORES (ABRA) E LECIONA NO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA (IESB).**



## Equipamentos e Soluções para sua emissora governamental no ar em HDTV

### Conte com nossa experiência!

Projetos instalados em mais de 30 câmaras e órgãos governamentais em todo o Brasil.

Projetamos, instalamos e treinamos toda equipe operacional.

- ◆ Câmeras Full HD e 4k
- ◆ Ilhas de Edição
- ◆ Iluminação
- ◆ Playout
- ◆ Equipamentos com Garantia do Fabricante
- ◆ Armazenamento em Full HD
- ◆ Servidores de Vídeo HD
- ◆ Cenário Virtual



Rua Dr. Zuquim, 902 - Santana - São Paulo - SP  
 Tel: 11 5082-2302 | Site : [www.seegma.com.br](http://www.seegma.com.br)

 /SeegmaBroadcast

# O fim da era analógica

## Governo anuncia calendário de desligamento da TV analógica que começa em 2016 pelos grandes centros populacionais

POR | CARLA BISOL

O *switch off*, termo em inglês para desligamento, começará no Brasil em abril de 2016 por Brasília (DF). Segundo o Ministério das Comunicações, a capital federal terá, até lá, 100% das emissoras com transmissão no padrão SBTVD. Antes disso, o governo prevê um teste na cidade de Rio Verde, em Goiás, no final de 2015.

O cronograma do governo determina que, entre maio e novembro de 2016, o desligamento aconteça nas regiões metropolitanas de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO) e Rio de Janeiro (RJ). Em 2017, o *switch off* está programado para várias cidades do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e Pernambuco, além das regiões de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Vale do Paraíba (SP) e Santos (SP). No mesmo ano, a TV analógica deixará de operar no interior do Rio de Janeiro, na região metropolitana de Vitória (ES) e nas regiões paulistas de São José do Rio Preto, Bauru e Presidente Prudente.

Ainda segundo o calendário do Ministério das Comunicações, em julho de 2018, será a vez das regiões metropolitanas de Manaus (AM), Belém (PA) e São Luís (MA) desligarem o sistema analógico de TV. Também em julho do mesmo ano, o *switch off* atingirá as cidades do entorno de Natal (RN), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Aracaju (SE) e Teresina (PI). No segundo semestre de 2018, serão contempladas as capitais e cidades mais populosas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Por fim, a região norte integrará o desligamento da TV analógica, em Rondônia, Amapá, Roraima e Acre. Todas as demais cidades devem estar preparadas para o *switch off* até o final de 2018.

A portaria, publicada em julho pelo Ministério, prevê que o desligamento da transmissão analógica só acontecerá se, pelo menos, 93 % dos domicílios do município tiverem acesso ao serviço aberto e gratuito do sinal digital. Caberá à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) definir como será a distribuição de um aparelho de set top box para recepção da televisão digital aos cadastrados no Programa Bolsa Família do governo federal e fazer uma campanha publicitária, inclusive em TV aberta, para informar toda a população sobre o processo de desligamento do sinal analógico de TV.

### Qualidade de imagem e otimização do espectro

Seguindo uma tendência mundial, o governo brasileiro espera, com o *switch off*, massificar o acesso à TV digital e oferecer, desta forma, melhor qualidade de sinal, sem chuviscos ou fantasmas, tão comuns na TV analógica.

O gosto do brasileiro pela televisão é inquestionável. Segundo dados recentes do IBGE, 95,1% das residências têm pelo menos um aparelho de TV, item mais comum do que a geladeira, presente em 93,7% dos lares. Porém, a maioria dos televisores ainda é de tubo, tecnologia inadequada para recepção do sinal digital. Segundo pesquisa do Instituto Nielsen, 65% das casas ainda não têm um aparelho de TV em alta definição. Na era do quanto maior melhor, os aparelhos digitais estão entre os principais sonhos de consumo da classe C, que espera adquirir o bem em no máximo três anos.

Tecnicamente, outra grande vantagem da TV digital é a otimização do espectro de fre-



Seguindo uma tendência mundial, o governo brasileiro espera, com o *switch off*, massificar o acesso à TV digital e oferecer, desta forma, melhor qualidade de sinal, sem chuviscos ou fantasmas, tão comuns na TV analógica

quência em razão da compactação do sinal, o que amplia as possibilidades para as novas tecnologias e garante condições para a segurança nacional. O desligamento da TV analógica do país abre espaço para a liberação da faixa de frequência de 700 MHz, hoje ocupada pela TV aberta analógica.

O leilão da faixa de 700 MHz é prioridade do governo federal que espera arrecadar, no mínimo, R\$ 8 bilhões ao vender esta faixa de frequên-

cia para as operadoras de telecomunicações que devem expandir os serviços de telefonia e internet móvel no país. O movimento também segue a tendência mundial de utilizar esta parte do espectro para a tecnologia 4G.

Acesse o site da Astral e veja o cronograma completo do *switch off* divulgado pelo Ministério das Comunicações na Portaria n° 481, de 9 de julho de 2014.

## COMERCIAL ALL iluminação profissional

Iluminação técnica para estúdios, auditórios, teatros e arquitetura em geral.



Projetos estrutural e elétrico,  
Instalação técnica e artística.

18 anos projetando e instalando estúdios em todo o Brasil. Fabricante e importador de equipamentos profissionais de iluminação. Direção de fotografia, cursos de iluminação e operação de câmera, projetos elétricos e artísticos.



LIGUE SEM COMPROMISSO



## Cronograma de *switch off* divulgado pelo Ministério das Comunicações

ANO	DATA	LOCALIDADE
2015	29 de novembro	Teste em Rio Verde (GO)
2016	03 de abril	Distrito Federal + 11 cidades de Goiás
	15 de maio	São Paulo: capital + 27 cidades da região metropolitana
	26 de junho	Minas Gerais: Belo Horizonte + 23 cidades da região metropolitana
	28 de agosto	Goiás: Goiânia + 15 cidades
	27 de novembro	Rio de Janeiro: capital + 14 cidades da região metropolitana
2017	25 de junho	Paraná: Curitiba + 12 cidades
		Santa Catarina: Florianópolis + 5 cidades
		Rio Grande do Sul: Porto Alegre + 44 cidades
	30 de julho	Bahia: Salvador + 11 cidades
		Ceará: Fortaleza + 11 cidades
		Pernambuco: Recife + 13 cidades
	27 de agosto	Campinas + 57 cidades da região (SP) Ribeirão Preto + 7 cidades (SP)
	24 de setembro	30 cidades do Vale do Paraíba (SP) Santos, Cubatão e São Vicente (SP) Delfim Moreira, Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí (MG) Itatiaia, Porto Real, Quatis e Resende (RJ)
	29 de outubro	73 cidades do interior do Rio de Janeiro Espírito Santo: Vitória + 6 cidades da região metropolitana
	29 de novembro	São José do Rio Preto, Bauru + 13 cidades (SP) Presidente Prudente + 28 cidades (SP)
2018	01 de julho	Amazonas: Manaus + 2 cidades
		Pará: Belém + 8 cidades
		Maranhão: São Luís + 9 cidades
	29 de julho	Rio Grande do Norte: Natal + 17 cidades
		Paraíba: João Pessoa + 12 cidades
		Alagoas: Maceió + 12 cidades
		Sergipe: Aracaju + 14 cidades
		Piauí: Teresina + 3 cidades
	26 de agosto	Mato Grosso do Sul: Campo Grande e Terenos
		Mato Grosso: Cuiabá + 3 cidades
Tocantins: Palmas + 2 cidades		
25 de novembro	Rondônia: Porto Velho + Candeias do Jamari	
	Amapá: Macapá + 2 cidades	
	Acre: Rio Branco e Senador Guiomard	
	Roraima: Boa Vista + 2 cidades	
	Demais cidades	

Fonte: Portaria 481, de 9 de julho de 2014, Ministério das Comunicações

## Tire suas dúvidas

### ■ O que é o *switch off*?

É o desligamento do sinal analógico de TV no Brasil para dar lugar à TV digital. O padrão nipo-brasileiro começou a ser implantado no país em 2006. Hoje, a maioria das emissoras comerciais brasileiras opera dentro do padrão SBTVD (Sistema Brasileiro de Televisão Digital) nas regiões metropolitanas e grandes centros populacionais. No campo público, os canais da Rede Legislativa de TV Digital estão de acordo com o modelo brasileiro.

### ■ Quando acontece o *switch off*?

A partir de 2016. Antes, um teste será realizado em Rio Verde, Goiás, em novembro de 2015. Pelo cronograma divulgado pelo Ministério das Comunicações, o desligamento começará por Brasília em abril de 2016. (veja quadro na página anterior)

### ■ Por que o desligamento da TV analógica é necessário?

A qualidade do sinal da TV digital é facilmente percebida pelo telespectador. A substituição da TV analógica pela digital garante que toda a população brasileira tenha acesso a melhor qualidade de vídeo e áudio.

Além disso, a evolução da tecnologia permite a criação de novos produtos e serviços. A TV digital opera num sistema que ocupa menos espaço no espectro, o que permite sua atualização para novas tecnologias. O *switch off* permitirá a utilização da faixa de frequência de 700 MHz, atualmente ocupada por canais de TV aberta em tecnologia analógica. Com a digitalização da TV, essa faixa será usada para expandir o serviço de telefonia e internet 4G no país que, desde 2013, já opera na frequência de 2,5 GHz.

### ■ O que vai acontecer com as TVs legislativas?

As emissoras que operam em sinal digital terão um ganho de audiência, já que toda população terá acesso ao sinal. Quem ainda funciona no sinal analógico terá de se adequar ao calendário proposto pelo governo federal e migrar para sistema digital. A Rede Legislativa trabalha de modo associativo com assembleias estaduais e câmaras municipais para o compartilhamento de um canal, por meio da multiprogramação. Assim, emissoras locais terão programação independente 24 horas em sinal aberto, gratuito e digital.

### ■ O que muda para as rádios legislativas?

Nada. O sistema de rádio digital ainda não foi implantado no país. Os acordos associativos da Câmara dos Deputados com parceiros estaduais e

municipais preveem o compartilhamento de um canal de rádio FM analógico.

### ■ Com o *switch off*, a cobertura da TV legislativa será a mesma?

Sim. O alcance do sinal não sofre alteração.

### ■ Como a venda da faixa de 700 MHz interfere nas TVs Legislativas?

As emissoras que operam nos canais entre 52 e 69 terão de migrar para números mais baixos, onde houver espaço no espectro. A Agência Nacional de Telecomunicações realizou estudos em todas as regiões do país para a recanalização. Engenheiros da Câmara dos Deputados participaram de reuniões e garantiram novos canais para todas as emissoras.

### ■ O cronograma do desligamento da TV analógica é o mesmo da troca de canal em função da venda da faixa de 700 MHz?

Não. O Ministério das Comunicações trabalha primeiramente para substituir todo o sinal analógico pelo digital. A mudança de canal para quem hoje opera entre o 52 e 69 ainda não foi definido.

### ■ O que é preciso fazer para trocar para um canal mais baixo?

O Ministério se responsabilizará pela troca do canal, no processo iniciado com o *switch off* e pela venda da faixa de 700 MHz. No edital de licitação, está prevista a criação de uma empresa gestora, a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), que coordenará a troca de equipamentos. Os custos de transição ficarão a cargo das operadoras de telecomunicações que vencerem o leilão.

### ■ O que devo fazer para garantir a qualidade de operação?

A Astral trabalha junto ao Ministério das Comunicações e Anatel para garantir que os novos equipamentos para transmissão em canais mais baixos sejam equivalentes aos adquiridos pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal e pelos parceiros municipais.

### ■ E quanto aos receptores para TV digital?

O governo federal se compromete a distribuir conversores para famílias de baixa renda onde ainda não há aparelhos de TV digital. Um aparelho de set top box para recepção da televisão digital será entregue aos cadastrados no Programa Bolsa Família.

Mande sua dúvida para [redacao@astralbrasil.org](mailto:redacao@astralbrasil.org)

# Eleições 2014

## TVs e rádios legislativas têm dupla missão

Além de seguir as mesmas regras das emissoras comerciais para a propaganda política, os canais legislativos devem diferenciar atividade parlamentar de campanha eleitoral

POR | CARLA BISOL



*Emissoras legislativas têm papel de orientar cidadão na hora do voto*

A campanha eleitoral já está nas ruas. Desde o início de julho, os candidatos a presidente, governador, senador, deputado federal e estadual podem apresentar suas propostas e firmar sua imagem junto aos eleitores em muros pintados pela cidade, banners, santinhos, panfletos e toda forma de material gráfico. O fenômeno da campanha pela internet também faz com que os candidatos se esforcem para chamar a atenção sem serem exagerados a ponto de serem excluídos das redes sociais.

Apesar de todas as essas formas de comunicação, os especialistas em marketing político são unânimes: a campanha eleitoral pega fogo mesmo com o horário gratuito na televisão e no rádio, que iniciou no dia 19 de agosto.

O efeito é simples de explicar. “É uma questão de escala. Enquanto a abordagem de eleitores na rua tem alcance limitado, a comunicação por TV e rádio leva instantaneamente a mensagem dos candidatos a milhares e milhares de eleitores, incluindo os que se encontram nos mais distantes e inacessíveis rincões”, analisa o consultor Maurício Romão.

O horário político foi instituído no país em 1965. A propaganda eleitoral antes do pleito é obrigatória em rádios (inclusive comunitárias), emissoras de TV (VHF e UHF) e canais por assinatura sob responsabilidade do Senado Federal, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmara municipais.

“As TVs e rádios legislativas em sinal aberto ou no cabo devem seguir as mesmas regras das demais emissoras e transmitir o horário político de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral”, reforça o presidente da Astral, Rodrigo Lucena. “Os próprios candidatos fiscalizam a programação das emissoras e, por isso, precisamos seguir a risca o que diz a lei”, afirma Lucena.

Segundo a legislação, as emissoras devem exibir dois blocos de 50 minutos diários, conforme quadro abaixo, além de inserções curtas de 15 ou 30 segundos divididas em 30 minutos diários. Os flashes ou spots devem ser distribuídos por blocos de audiência entre às 8h e 24h, inclusive aos domingos.

No Brasil, o horário político na TV e no rádio é tido como a principal fonte de informação dos eleitores. “A população, sobretudo a de baixa renda, ainda se informa em relação aos candidatos pelo horário eleitoral que tem, sim, muita relevância na eleição”, afirma o cientista político Ricardo Ismael.

As inserções curtas de 15 ou 30 segundos, exibidas durante a programação, são ainda mais valorizadas porque pegam o eleitor de surpresa. “As inserções são certeiras. Pegam o eleitor desprevenido e ele fica atônito, impactado pelo evento não previsto. Não dá tempo de o eleitor desviar a atenção”, garante o consultor Maurício Romão.

No primeiro turno, a propaganda eleitoral obrigatória se estende até o dia 2 de outubro

## Horários e dias da propaganda política nacional ou estadual

HORÁRIO	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
<b>RÁDIO</b>						
07:00 às 07:50h 12:00 às 12:50h		PRES   DEP FED		PRES   DEP FED		PRES   DEP FED
07:00 às 07:50h 07:00 às 07:50h	GOV   DEP EST   SEN		GOV   DEP EST   SEN		GOV   DEP EST   SEN	
<b>TV</b>						
13:00 às 13:50h 20:30 às 21:20h		PRES   DEP FED		PRES   DEP FED		PRES   DEP FED
13:00 às 13:50h 20:30 às 21:20h	GOV   DEP EST   SEN		GOV   DEP EST   SEN		GOV   DEP EST   SEN	

Fonte: TSE

## É PROIBIDO

- Propaganda partidária gratuita ou paga (com exceção da propaganda obrigatória)
- Programa ou matéria que possa ser classificado como propaganda política ou promoção pessoal
- Tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação
- Menção à candidatura, pedido de votos ou apoio eleitoral, na divulgação de atos parlamentares ou debates legislativos
- Transmissão, mesmo que de forma jornalística, de imagens de realização de pesquisa ou outro tipo de consulta popular eleitoral em que haja manipulação de dados
- Qualquer programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente
- Programa apresentado ou comentado por candidato;
- Publicidade institucional dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta (com exceção de caso de grave e urgente necessidade pública).

“Acreditamos que, com esta experiência, estaremos mais bem preparados para a cobertura das eleições municipais de 2016, que envolverá um número bem maior de candidatos locais e também haverá uma expectativa maior da população por se tratar das eleições de dirigentes locais”

**Kátia Mesquita**

diretora administrativa da TV Câmara de Piracicaba

– três dias antes da votação. Caso haja segundo turno, a propaganda pode ser retomada 24 horas depois do fim das votações, ou seja, às 17h do dia 6 de outubro e segue até o dia 24 de outubro, dois dias antes do segundo turno. Nesse período, as emissoras devem exibir 40 minutos diários, divididos em dois blocos de 20 minutos. No rádio, a propaganda será às 7h e às 12h. Na TV, às 13h e às 20h30.

Segundo as regras do TSE, as fitas com conteúdo da campanha dos partidos políticos devem ser entregues quatro horas antes do horário previsto para transmissão e 12 horas antes do início das inserções. As emissoras não são obrigadas a receber mapas de mídia e fitas encaminhadas por pessoas não autorizadas e, caso o material não seja entregue no prazo, as emissoras devem vei-

cular o último material exibido por elas. O conteúdo deverá ser conservado por 30 dias depois de transmitido.

Outra exigência legal é a gravação da programação da emissora durante 24 horas. A obrigação fica a cargo da câmara municipal que deve gravar a programação de todas as emissoras que fazem parte da multiprogramação. O material deve ser armazenado pelo prazo de 30 dias, pois a Justiça Eleitoral pode requisitar as fitas. Para isso, a orientação é a aquisição de um equipamento apelidado de dedo-duro com capacidade para gravar os quatro canais diretamente do ar.

Obrigação  
24 horas

As obrigações das emissoras >>>

# https://www.

## Bem-vindo ao novo site da Astral!

Ao completar 10 Anos, a Astral dá cara nova ao seu site. Agora ele conta com uma logomarca renovada que transmite a modernidade da radiodifusão pública. É mais um serviço da Associação em benefício das suas associadas.

O acesso é mais dinâmico, facilitando a consulta sobre a Astral, associadas, seus conteúdos, parceiros, notícias, eventos, mídias, legislação e, principalmente, **disponibilizando a leitura on-line da Revista da Astral, desde a sua primeira edição.**



Conheça o novo site [www.astralbrasil.org](http://www.astralbrasil.org)

>> ras durante o período eleitoral vão muito além da exibição da propaganda política. Todos os canais de televisão e rádio de responsabilidade do Legislativo devem seguir uma série de regras determinadas pela Justiça Eleitoral. A mais recente é a Resolução nº 23.404 de 2014 no Tribunal Superior Eleitoral que trata exatamente da propaganda eleitoral e condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Segundo o presidente da TSE, José Antonio Dias Toffoli, o papel da Justiça Eleitoral é “proteger a base democrática, a soberania popular e a liberdade do voto do eleitor”.

As emissoras legislativas têm dupla missão. “Enquanto outras TVs podem evitar ma-

térias sobre política, nós não temos como abrir mão da nossa matéria-prima jornalística. Por isso, devemos divulgar informações sobre as atividades parlamentares sem fazer propaganda política ou eleitoral”, resume o presidente da Astral, Rodrigo Lucena.

A consultoria da Câmara dos Deputados preparou um estudo para os jornalistas que trabalham nos veículos da Casa e exemplificou como deve ser a conduta dos profissionais com base em um trecho do despacho do então ministro do STF, Carlos Ayres Britto. “A divulgação de caráter informativo seria mais retrospectiva (voltada a apresentar o passado, o já realizado) do que a prospectiva (voltada para o futuro, propositiva).”



TSE atualiza legislação para orientar propaganda eleitoral e conduta de agentes públicos



A coordenação da Rede Legislativa e a Astral fizeram uma série de reuniões com os parceiros estaduais e municipais para garantir que as emissoras conheçam e sigam a legislação vigente e que não haja punição. A multa para quem descumprir as regras eleitorais fica entre R\$ 21.282,00 e R\$ 106.410,00, duplicada em caso de reincidência, e a emissora ainda poderá ficar 24 horas fora do ar.

O Código Eleitoral de 1965 determina que nenhum serviço de órgão público pode ser usado para beneficiar partido ou organização de caráter político. A orientação para os jornalistas de canais legislativos é de que as matérias que possam ser classificadas como propaganda política ou promoção pessoal não podem ser veiculadas pelas emissoras. Por outro lado, a veiculação de informações sobre as atividades legislativas e parlamentares, justamente por não serem consideradas propaganda eleitoral, é permitida a qualquer tempo.

Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, dos 40 deputados estaduais, 38 são candidatos à reeleição. “Aqui solicitamos apoio da Procuradoria da Casa sobre orientações nas transmissões e reportagens da TVAL. As sessões e reuniões de comissões não são reprisadas e, no jornalismo, estabelecemos que as entrevistas de parlamentares serão somente sobre projetos de lei”, afirma a coordenadora de TV AL/SC, Suelen Costa.

Em Piracicaba (SP), a equipe de jornalistas da TV Câmara está atenta aos inúmeros cuidados necessários na hora de entrevistar vereadores can-

“ Os próprios candidatos fiscalizam a programação das emissoras e, por isso, precisamos seguir a risca o que diz a lei”

**Rodrigo Lucena**  
Presidente da Astral



Presidente da Astral prevê fiscalização redobrada nas TVs legislativas

didatos. “Acreditamos que, com esta experiência, estaremos mais bem preparados para a cobertura das eleições municipais de 2016, que envolverá um número bem maior de candidatos locais e também haverá uma expectativa maior da população por se tratar das eleições de dirigentes locais”, afirma a diretora administrativa da TV Câmara, Kátia Mesquita.

A programação das emisoras legislativas deve se adequar às regras. Elas passam a valer três meses antes do primeiro turno das eleições, ou seja, no início de julho.

### Transmissões ao vivo e debates

Segundo especialistas em legislação, as transmissões ao vivo de sessões plenárias e das comissões estão permitidas, pois têm caráter informativo e permitem que o cidadão possa acompanhar o que está sendo decidido pelos seus representantes. A expressão do parlamentar no plenário é livre e este direito deve ser garantido.

Porém, cabe aos gestores da emissora legislativa evitar que pronunciamentos que tenham claro teor eleitoral se-

jam reprisados. Como não é comum a edição das sessões de plenário, é recomendável que não haja reprise durante o período eleitoral.

Quando houver interesse em promover um debate, a orientação é garantir a participação de todos os candidatos de partidos com representação na Câmara dos Deputados, mesmo que não sejam todos no mesmo programa. Caso haja recusa de algum candidato em participar do programa, este comportamento deve ser devidamente documentado e tornado público. O tratamento igualitário não é obrigatório quando se tratar



Em Piracicaba, cobertura das eleições de 2014 serve de preparo para pleito municipal de 2016



Assembleia de Santa Catarina não fará reprises de plenário durante período eleitoral

de matéria sobre algum assunto relativo à atividade legislativa. **A campanha eleitoral já começou. Acompanhe as datas:**


**19/08** - Início do período de propaganda eleitoral obrigatória no rádio e na televisão;

**02/10** - Último dia de veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão e para a realização de debates;

**05/10** - 1º turno das eleições;

**11/10** - Data-limite para o início do período de propaganda eleitoral gratuita, no rádio e na televisão, relativa ao segundo turno;

**24/10** - Último dia de veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão e para a realização de debates;

**26/10** - 2º turno das eleições. 

## Fique atento à legislação eleitoral

**Lei nº 4.737/65**

Código Eleitoral

**Lei nº 9.504/97**

Lei Eleitoral (Leis n.º 11.300/06 e 12.034/09)

**Lei nº 4.117/62**

Código Brasileiro de Telecomunicações

**Lei nº 12.891/13**

Minirreforma Eleitoral

**Resolução nº 23.404/2014 do TSE** sobre propaganda eleitoral e condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais

**Portaria nº 106, de 02/03/12**, com alterações da Portaria nº 4, de 17/01/14, do Ministério das Comunicações.

# Astral e Rede Legislativa garantem direitos de emissoras

## Atentas às novas regras para radiodifusão no país, instituições atuam para evitar retrocessos

POR | CARLA BISOL

O leilão da faixa de frequência de 700 MHz para ampliação da tecnologia 4G no país dominou as discussões entre governo federal, entidades representativas de emissoras comerciais e públicas e operadoras de telecomunicações nos últimos meses.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) abriu duas consultas públicas para discutir o regulamento de mitigação de interferên-

cias e para o edital de licitação da faixa de 700 MHz. Ao mesmo tempo, audiências públicas foram realizadas em Brasília (DF) e São Paulo (DF) para que as entidades pudessem se manifestar.

O principal questionamento levantado pela vice-presidente da Astral e coordenadora da Rede Legislativa de TV Digital, Evelin Maciel, foi quanto ao prazo para restituição de equipamentos já adquiridos pelas emissoras legislativas.



Anatel abriu consulta pública para venda da faixa de 700Mhz

Na proposta de edital de leilão, as emissoras que comprovassem investimentos realizados em equipamentos e infraestrutura para canais redistribuídos até a data de publicação do edital e que ainda não tivessem entrado em operação, teriam direito ao ressarcimento. Evelin Maciel ponderou que cerca de 30 câmaras municipais de São Paulo e Minas Gerais estão em fase de implantação do canal digital em suas cidades e não haveria como “congelar” a operação na data do edital. “O ressarcimento deveria contemplar todos os investimentos realizados até a data da efetiva redistribuição do canal e não apenas até a data da publicação do edital do leilão”, argumentou a vice-presidente da Astral.

Em resposta à consulta pública, a Câmara dos Deputados reforçou que o prazo até a publicação do edital de licitação era insuficiente para os canais consignados. “Restariam menos de dois meses para concluir a compra dos equipamentos que somam cerca de 20 milhões de reais”, indica o documento entregue à Anatel.

Outro ponto defendido pela Astral e Rede Legislativa foi a inclusão de requisitos ao conversor de TV digital para permitir a interatividade, com middleware Ginga e acesso a canal de retorno. “O middleware Ginga é essencial para atingir os avanços democráticos proporcionados pela interatividade, em especial diante do baixo custo que esta implementação representa”, aponta o documento.

A Câmara dos Deputados defendeu ainda a manutenção da reserva de espectro para as emissoras públicas, a distribuição de filtros para mitigar as interferências em todas as residências onde houver o problema e sugeriu alternativas para amenizar as interferências, como a redução de potência e alteração de características técnicas de Estações Rádio Base (ERBs).

O Ministério das Comunicações e a Anatel se mostraram sensíveis às demandas das emissoras legislativas. A Anatel reconheceu a necessidade de alteração do prazo para garantir os direitos das câmaras municipais com canal



*Vice-presidente da Astral defende garantias para câmaras municipais*

consignado, mas que ainda não estão no ar.

O Ministério garantiu que o conversor de TV que será adquirido com os recursos do leilão de 700 MHz e distribuído para a população de baixa renda terá o Ginga embarcado e canal de retorno com a tecnologia móvel 3G.

O superintendente da Anatel, Marconi Maya, reafirmou que as emissoras públicas terão seus direitos garantidos. “Não estamos parados com a Rede Legislativa e garanto que a TV pública não estará desatendida”, disse Maya.

**“Restariam menos de dois meses para concluir a compra dos equipamentos que somam cerca de 20 milhões de reais”**

Trecho do documento em resposta  
à consulta pública da Anatel

### Negociações para novos canais

Com a alegação de que a venda da faixa de 700 MHz para as operadoras de telecomunicações é prioridade e que é preciso remanejar todas as emissoras que estão no ar para canais mais baixos a fim de liberar novas designações, o Ministério das Comunicações não publica novos canais para a Rede Legislativa desde março de 2013.

Neste período, cerca de 400 câmaras municipais demonstraram interesse em operar em sinal aberto e digital na sua cidade. Com a demanda crescente, a Rede Legislativa não se limitou a esperar a conclusão do leilão da faixa e articula constantemente novas reuniões com o Ministério e Anatel.

Para emissoras que já es-

tão no ar, uma importante conquista. Após reunião com o superintendente da Anatel, Marconi Maya, e a gerente de Espectro, Órbita e Radiodifusão, Regina Cunha Parreira, a Agência publicou a autorização do uso de radiofrequência, documento essencial para que as emissoras possam entrar no ar de forma regular.

Para quem espera a designação, a Anatel trabalha na viabilidade de novos canais em regiões onde não há problema de espectro e, em breve, o Ministério das Comunicações deverá liberar novos canais.

“Temos acompanhado todos os movimentos do governo federal e da Anatel e as novas regras para a radiodifusão. Nosso papel é defender os interesses das emissoras legislativas e não vamos permitir nenhum retrocesso”, garantiu Evelin Maciel. [▶](#)



Superintendente da Anatel, Marconi Maya, reconhece necessidade de alterações no edital

## CANAIS A CABO

Com base na lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), as emissoras geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens podem exigir que as operadoras de TV a cabo incluam gratuitamente o canal na área de prestação do serviço.

Algumas câmaras municipais enviaram ofício para as operadoras locais onde pediram a inclusão da TV Câmara como emissora geradora local em sua oferta de canais gratuitos ao assinante. No artigo 32 da Lei nº 12.485, de 2011, está expresso que a prestadora do serviço de acesso condicionado, em sua área de prestação, independentemente de tecnologia de distribuição empregada, deverá tornar disponíveis, sem quaisquer ônus ou custos adicionais para seus assinantes, em todos os pacotes ofertados, canais de programação de distribuição obrigatória.

A Câmara Municipal de Ribeirão Preto (SP) foi uma das que procurou a operadora de TV a cabo. “Ainda não recebemos retorno da principal operadora, mas o interessante é que fomos procurados por outra operadora que está entrando no mercado e essa empresa tomou a iniciativa de nos colocar na grade deles. Eles mandaram o contrato, já nos visitaram e aguardamos apenas nos colocarem definitivamente no ar”, garantiu o diretor da TV, Sérgio Figueiredo.

# O mito do traço na audiência de TV

## Aferição eletrônica do Ibope Mídia revela a competitividade dos canais públicos

POR | GETSEMANE SILVA

Volta e meia, a ideia de que as TVs públicas dão traço nas tabelas de audiência é publicada pelas mídias por aí. Essas emissoras seriam elefantes brancos consumidores de recursos, mas que ninguém gosta nem assiste. A opinião sempre encontra eco fácil nas redações e ambientes de comunicação, mas está muito longe da verdade dos dados. Verdade aferida por vários institutos de pesquisa, como o Ibope Mídia e seu banco de dados: Painel Nacional de Televisão 15 Mercados e DB Parabólicas 15 Mercados.

Esses instrumentos de medição eletrônica revelam quadro radicalmente diferente. O sistema utiliza o people-meter em casa de espectadores das 15 maiores regiões metropolitanas do Brasil, que concentram apenas 20% da população nacional. Os números mostram canais públicos muito bem posicionados em relação a emissoras de grandes grupos privados de mídia. De janeiro a junho deste ano, por exemplo, a TV Câmara foi vista por 18,2 milhões de espectadores, apenas nessas 15 cidades onde o sistema do Ibope Mídia faz a aferição. O número é a soma dos alcances acumulados pelos três sistemas de transmissão: TV por assinatura, parabólicas e canais abertos digitais.

A variável de audiência rating (espectadores por minuto) é a mais usada pelo mercado para medir a performance dos canais e de seus programas. O rating é o resultado da equação entre o número absoluto de indivíduos alcançados pelo canal e o tempo que cada um deles assistiu. Dessa maneira, se mede não só a quantidade de pessoas

que decidiram parar no canal, por algo que lhes chamou a atenção, como também a capacidade daquele conteúdo segurar o interesse inicial do espectador. Se analisarmos apenas os números referentes à audiência de TV por assinatura, chegamos a detalhes ainda mais interessantes sobre o crescente interesse do público nos conteúdos da TV pública da Câmara dos Deputados. Durante as 32 primeiras semanas de 2014, o rating da TV Câmara se manteve acima de canais de alto faturamento publicitário, ligados a grandes grupos de comunicação. Quando comparado com os ratings semanais de emissora jornalística privada, o da TV Câmara está três ou quatro posições abaixo no ranking dos canais da TV por assinatura, a depender das datas. E mais: na quarta semana de janeiro e na terceira de fevereiro, a TV Câmara empatou com esse canal ao registrar 19.650 espectadores por minuto nos sistemas de TV paga.

**Os números mostram canais públicos muito bem posicionados em relação a emissoras de grandes grupos privados de mídia.**

É interessante perceber a novidade que esses números trazem. Como as pessoas poderiam estar tão interessadas no Congresso Nacional quanto em minisséries e programas de variedades? O que explica esse fenômeno? É verdade que a TV Câmara exhibe diversos tipos de linguagens e gêneros televisivos; mas todos eles abordam seus temas sob a perspectiva das políticas públicas e do debate de ideias. São conteúdos taxados de chatos pelo senso comum de algumas empresas de comunicação e que, com essas aferições, se revelam atraentes para quantidade significativa da sociedade.

Os dados também mostram que o interesse dos espectadores no canal da Câmara dos Deputados está em várias faixas etárias e classes sociais. Não está restrito a um grupo ou comunidade. Quanto às classes socioeconômicas, a campeã é a classe C com 37% dos espectadores, enquanto as classes A e B têm 30% cada uma. Apenas as classes D e E não estão bem representadas no rol de espectadores. Juntas, são apenas 2% dos que assistiram ao canal no primeiro semestre de 2014. É verdade que metade das pessoas alcançadas têm entre 25 e 49 anos. Entretanto, os mais jovens também estão

lá: 18% dos espectadores da TV Câmara têm entre 12 e 24 anos. Já os mais maduros, que passaram dos 50 anos de idade, são 23% da audiência. Essa diversidade de grupos etários me leva a apostar que esse grupo heterogêneo tem uma coisa em comum: o interesse nas políticas públicas e no debate de assuntos contemporâneos à sociedade brasileira.

Outra novidade é a comprovação da eficácia dos recursos financeiros investidos na transmissão digital aberta nos últimos anos. Em oito das 15 cidades aferidas pelo Ibope Mídia, já há canal digital aberto. Nos primeiros sete meses de 2014, esses canais contribuíram com cerca de 20% do alcance acumulado que citei no segundo parágrafo. Foram 3,5 milhões de espectadores únicos que assistiram à TV Câmara pelos canais abertos digitais. A TV por assinatura contribuiu com 12,5 milhões de espectadores únicos durante o primeiro semestre de 2014.

.....  
**GETSEMANE SILVA É PRODUTOR  
AUDIOVISUAL E DIRIGE A  
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS  
E DOCUMENTÁRIOS DA  
TV E RÁDIO CÂMARA.**



Noticiário transmitido pela TV e Rádio Câmara da redação integrada



# O governo reconhece a possibilidade da interferência, mas salienta que serão adotadas medidas seguras de mitigação

**A** declaração é do recém empossado diretor de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, João Paulo Andrade. Ele substitui Octávio Pieranti e passa a ser o responsável pela liberação de novos canais digitais para câmaras municipais.

Formado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, João Paulo Andrade está no Ministério das Comunicações desde 2012. Foi coordenador-geral de Radiodifusão Comunitária e, recentemente, comandou o grupo de trabalho que definiu o cronograma de desligamento do sinal analógico de televisão. À frente da diretoria de Acompanhamento e Avaliação de Serviço, Andrade concedeu a seguinte entrevista à Revista Astral.

**ASTRAL: Em 2006, o Brasil definiu o padrão ISDB-T para a operação da TV digital. Hoje podemos considerar que esta escolha foi a melhor, tendo em vista a adoção do modelo nipo-brasileiro por outros países, em especial na América do Sul?**

**JOÃO PAULO:** Sim, sem sombra de dúvidas. Hoje o ISDB-T já foi adotado por 17 países, englobando praticamente todos da América do Sul. Aliás, essa expansão ocorreu por meio de uma sólida cooperação do Brasil e do Japão com nossos países vizinhos.

**Um dos pilares do modelo nipo-brasileiro é a interatividade. Como o senhor avalia a adoção do Ginga em todos os aparelhos receptores de TV digital, inclusive no set top box que será distribuído para os participantes do programa Bolsa Família?**

A interatividade não só é um dos pilares do ISDB-

-T, como foi um dos fatores determinantes para a escolha do padrão. A adoção do Ginga em todos os receptores de televisão digital fez parte de uma política pública que visa não apenas permitir que o cidadão tenha uma melhor imagem de televisão, mas que seu receptor seja uma espécie de central multimídia. É importante registrar que, embora a internet tenha evoluído bastante, a interatividade por meio do Ginga permite que, mesmo nas regiões mais distantes, cuja disponibilidade da internet é mais difícil, tecnicamente fica assegurado o acesso a conteúdos digitais.

**Como o senhor avalia as experiências de interatividade desenvolvidas até hoje por emissoras públicas e privadas?**

Considero que até 2012 as emissoras de um modo geral fizeram poucas experiências com a interatividade. Uma das principais alegações é a de que ainda não havia uma base segura de receptores preparados para esta tecnologia. No entanto, até o final deste ano, estima-se que cerca de 40 milhões de receptores já estarão aptos à interatividade.

Além disso, o MC instituiu o programa Ginga Brasil, com foco no treinamento para desenvolvimento de aplicações para a TV digital. Um dos braços deste programa é o Ginga Br.Labs,

*“A interatividade por meio do Ginga permite que, mesmo nas regiões mais distantes, cuja disponibilidade da internet é mais difícil, tecnicamente fica assegurado o acesso a conteúdos digitais.*”

”

Divulgação



Novo diretor do Ministério das Comunicações sinaliza que canais podem ser liberados ainda este ano

que, em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), selecionou 10 emissoras públicas para receberem laboratórios de testes de conteúdos e aplicações interativas de TV digital. No entanto, com o anúncio recente do cronograma de desligamento, a base de receptores deve aumentar, o que certamente é um forte indutor natural da produção de conteúdos.

**As grandes emissoras comerciais já adotaram quase por completo a produção e transmissão no sistema digital, mas as emissoras médias e pequenas, em especial as públicas, ainda enfrentam dificuldades para migrar do sistema analógico para o digital. O senhor acredita que o cronograma de switch off anunciado pelo Ministério é factível de ser cumprido?**

Sim, perfeitamente. Há duas razões para esta avaliação. A primeira é que o cronograma seguiu uma lógica das maiores cidades para as menores, onde o potencial de consumo é maior e há maior interesse de investimento por parte das emissoras. O que significa dizer que, inicialmente, uma grande parcela da população será coberta pelo sinal de um menor número de transmissores, implicando menor investimento inicial para as emissoras cobrirem áreas com maior densidade populacional. E isto ocorrerá até 2017.

A segunda razão é que o desligamento das cidades com menos de 100 mil habitantes, de um modo geral, ficou previsto

para 2018, havendo tempo hábil para planejar a transição. Em outras palavras, nas regiões em que há maior necessidade de investimento em transmissores para cobertura de áreas menos densas, há ainda quatro anos para um bom planejamento financeiro das emissoras. Inclusive para o amadurecimento do compartilhamento de infraestrutura, no que se refere, em especial, às públicas.

**Como o governo pode contribuir para a transição do sistema analógico para o digital ser viabilizado nestas emissoras de menor porte?**

Do ponto de vista do financiamento, o governo já disponibilizou o PROTVD, programa gerido pelo BNDES. Do ponto de vista técnico, o MC permite que as emissoras, voluntariamente, solicitem o desligamento do sinal analógico a qualquer tempo. A razão disto é que uma das demandas das emissoras de pequeno porte é que não teriam recursos suficientes para man-

ter a transmissão simultânea analógica e digital. Desta forma, mantendo apenas a digital, os custos são reduzidos. Além disso, o MC apoia as medidas que as emissoras venham a adotar para o compartilhamento de infraestrutura, tais como as torres de transmissão, o que certamente reduz os custos da atividade.

**As emissoras que integram a Rede Legislativa de TV Digital estão quase todas instaladas na faixa de 700 MHz. Que garantias o governo apresentou para que os investimentos feitos pelo Poder Legislativo sejam preservados?**

A preocupação com os investimentos públicos sempre foi e continua sendo um compromisso deste governo. O edital de licitação da faixa de 700 MHz, colocado em consulta pública já encerrada pela Anatel, previu que todo o gasto decorrente da realocação de canais abaixo da faixa licitada será custeado pelos entrantes, empresas vencedoras da licitação, por meio de uma entidade que será criada

“ O que está assegurado é que as famílias não ficarão sem o sinal da TV por problemas de interferência. ”

*“É possível que sejam liberadas novas consignações ainda no ano de 2014, desde que a Anatel finalize o replanejamento de canais.”*

com este propósito específico.

**Existem estudos que apontam que haverá interferência entre os serviços de radiodifusão e da telefonia 4G que for operar na faixa de 700 MHz. Como o senhor avalia essa situação?**

A Anatel promoveu testes que foram acompanhados por radiodifusores, representantes da indústria e empresas de telecomunicações. Os testes indicaram que a possível interferência será mitigada, em grande parte, por filtros e medidas de engenharia de campo. Assim, o governo reconhece a possibilidade da interferência, mas salienta que serão adotadas medidas seguras de mitigação. Ademais, a Anatel informou que as operações em 4G na faixa de 700 MHz só serão iniciadas quando as medidas de mitigação estiverem implementadas e, caso ocorra algum problema no curso da implantação, outras medidas poderão ser adotadas. O que está assegurado é que as famílias não ficarão sem o sinal da TV por problemas de interferência.

**Como o senhor avalia o trabalho da Rede Legislativa de TV Digital, pioneira na expansão do si-**

**nal digital no campo público?**

A Rede Legislativa teve e tem papel importante na disseminação da tecnologia digital de televisão. Esses convênios facilitaram a instalação e a operação de canais de TV em locais do interior do Brasil. Sem essa iniciativa, provavelmente, tais localidades iriam aguardar um tempo maior pela tecnologia digital, dependendo do interesse mercadológico das emissoras comerciais.

**O Congresso Nacional tem mais de 400 pedidos de consignação de canais, a maioria no interior dos estados, o que não interfere na redistribuição da faixa de 700 MHz. Há um cronograma para liberação de novos canais? Há previsão de liberação em breve? Os municípios podem esperar novas consignações ainda para 2014?**

Os pedidos de consignação da Câmara dos Deputados dependem da viabilidade de canais nos locais de seu interesse. Tais pedidos foram encaminhados pelo MC à Anatel, para que a agência tomasse conhecimento do quantitativo da demanda e de sua distribuição geográfica. Ocorre que a Anatel necessita fazer um trabalho de nível mais

abrangente, levando em consideração a existência de emissoras (públicas ou privadas) já outorgadas em localidades próximas, que podem gerar radiointerferência. Esse trabalho está sendo feito em fases e estamos aguardando o término do replanejamento. É possível que sejam liberadas novas consignações ainda no ano de 2014, desde que a Anatel finalize o replanejamento de canais.

**Sabe-se que hoje os pedidos de novos canais para a Rede Legislativa estão na Anatel para estudo de viabilidade de canal. Após a indicação do canal, como será o trâmite para liberação da consignação? Quanto tempo poderá levar?**

Após a indicação do canal por parte da Anatel, o MC solicitará o Projeto Técnico de instalações e equipamentos à Câmara de Deputados, para análise e aprovação. O tempo previsto é aquele da confecção do projeto, adicionado ao tempo de análise e aprovação. Após recebermos um Projeto Técnico, o MC adota um tempo modal de análise de um mês e meio. Claro que o tempo total será maior se o projeto contiver alguma irregularidade e precisar de complementação ou correção.

**Existe um novo trâmite para a consignação de um canal para a União. Pode resumir como se dá este novo trâmite?**

O novo trâmite consiste em que a consignação para uma localidade ocorra

Após a apresentação e a aprovação do Projeto Técnico. Assim, tornamos o processo menos burocrático e, por conseguinte, mais célere. ■

# Expansão da Rádio Câmara começa por Mato Grosso

Projeto piloto, em parceria com a Assembleia Legislativa, entra no ar em setembro e terá programação compartilhada

POR | SANDRA SANTANNA

**D**epois de conquistar o título de maior produtor de grãos do país, ter o maior rebanho bovino, ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014, Mato Grosso comemora mais uma importante conquista.

A Assembleia Legislativa será a primeira do país a implantar uma emissora de rádio FM, na frequência 89.5, em parceria com a Câmara dos Deputados e com programação voltada à divulgação dos trabalhos do Poder Legislativo

e também à cultura e entretenimento. O início das operações está previsto para setembro.

“O programa piloto terá projeção nacional. Sabemos que será um grande desafio e uma oportunidade ímpar para garantir mais transparência aos serviços legislativos e aumentar o alcance da informação. Vamos garantir uma maior participação popular nos programas e entrevistas. É um grande avanço”, comemora o presidente da Assembleia, Romoaldo Júnior.



Da esquerda para direita: Cidinha Aguiar, supervisora de Comunicação da AL/MT; Osmar Carvalho, secretário de Comunicação AL/MT; Romualdo Junior, Presidente da AL/MT; e Wanderley de Oliveira, superintendente de TV da AL/MT e diretor técnico da ASTRAL

Segundo o secretário de Comunicação do Legislativo estadual, Osmar Carvalho, a Assembleia Legislativa tem unido todos os esforços para implantação da emissora. “A rádio passa por ampla reforma para garantir programas de qualidade gravados e ao vivo. A estrutura contará com três estúdios e uma redação onde estarão concentrados edição, entrevistas, jornais e debates transmitidos ao vivo”, destaca o jornalista.

O Acordo de Cooperação, assinado pela Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa de Mato Grosso, foi articulado pela coordenadora da Rede Legislativa de Rádio e TV, Evelin Maciel, e pelo superintendente da TV AL/MT, Wanderley Oliveira. “A visão macro do parlamento federal

foi fundamental para implantação deste importante instrumento de transparência e cidadania”, destacou Oliveira.

Os equipamentos foram adquiridos pela Câmara dos Deputados e doados para a Assembleia Legislativa, num valor total de R\$ 900 mil. Para a transmissão do sinal da emissora, serão utilizados um transmissor de 7.000 Watts, antena, receptor, moduladores, entre outros. Em contrapartida, AL/MT fornecerá a torre de transmissão de 120 metros, nobreak e estrutura física com sala refrigerada.

“Testes preliminares indicam que o alcance da Rádio Câmara será igual ou superior às emissoras de maior potência instaladas hoje em Cuiabá. Será um grande passo para o Legislativo nacional e estadual”, garante o coordenador do projeto pela Câmara dos Deputados, Abraão Aidar.

### Programação

Atualmente, a programação da Rádio AL é interna, via internet, com a divulgação de material institucional para diversas emissoras da capital e interior.


A parceria de rádio legislativa é diferente dos acordos para a instalação de TVs. Por ser digital, a TV permite a multiprogramação e, portanto, a subdivisão do mesmo canal em quatro. No rádio, o sinal ainda é analógico e a frequência 89.5 será compartilhada entre Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa. A grade de programação permite que as duas emissoras possam dividir os horários de forma a

beneficiar a ação parlamentar das duas casas legislativas.

“É importante que cada cidadão brasileiro tenha acesso à fonte primária de informação sobre os trabalhos na Câmara dos Deputados. Além do plenário, que tem a cobertura da mídia comercial, a Rádio Câmara acompanha o trabalho e o debate nas 20 comissões permanentes da Casa. A expansão da Rádio, que começa por Cuiabá, é a oportunidade para levar essa informação diretamente para o cidadão”, afirma Mauro Ceccherini, editor-chefe da Rádio Câmara.

De acordo com o 1º Secretário da AL/MT, Mauro Savi, há um grande desafio pela frente: garantir condições para que a equipe elabore uma grade de programação atrativa que englobe, além das atividades parlamentares, saúde, turismo, economia e prestação de serviços.

“A responsabilidade é muito grande: fazer o projeto piloto dar certo. Teremos alguns ajustes, vamos depender da união de esforços de toda equipe para fazer um trabalho primoroso que seja referência para os demais estados”, reforça o parlamentar.

Para o editor de áudio Edilson Peixoto, será uma grande oportunidade para mostrar o trabalho realizado em Mato Grosso. “Como profissional, me sinto desafiado para atender a expectativa e garantir uma programação rica em informações”. O radialista Luck Marlon revela que esse investimento irá garantir projeção e visibilidade do trabalho executado na Casa. “Estamos muito felizes com essa conquista”, garantiu Luck. 



Fabiana Rodrigues Barros

Rádio Legislativa pronta para entrar no ar

# TVs Legislativas despontam como principal rede de emissoras públicas do país

Compartilhamento de canais e de custos, padronização de equipamentos e linha editorial independente dão unidade à Rede Legislativa que passará por um grande teste: as eleições de 2014

POR | CARLA BISOL

No interior do país, a cada mês que passa, mais câmaras municipais estão prontas para inaugurar suas atividades. As cidades de Marília e Assis, em São Paulo, e Uberlândia, em Minas Gerais, ligaram os transmissores e se somam aos nove municípios do interior do país (Barretos, Bauru, Jacareí, Jaú, Piracicaba, Ribeirão Preto, Tupã, Sete Lagoas e Uberaba) que operam em sinal digital, aberto e gratuito com transmissões ao vivo e programação adequada para o cidadão acompanhar a atividade parlamentar.

“A abertura do sinal da TV Câmara de Marília torna-se realidade após maciços investimentos em recursos humanos e tecnológicos. Com essa estrutura, a emissora ampliará sua grade de programação que será baseada na comunicação isenta das atividades legislativas abrindo espaço para a comunidade”, afirma o presidente da Câmara Municipal, Luiz Eduardo Nardi.

Cerca de 20 outras câmaras municipais trabalham para entrar em operação. Algumas estão presas a concluir as etapas de instalação, tendo inclusive toda a documentação aprovada pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações. “Estamos muito satisfeitos com o processo de instalação da TV Câmara em Araras. Dialogamos com a cidade, fizemos pesquisa e gradualmente avançamos com solidez. Pretendemos estar no ar esse ano com uma boa programação cultural, informativa e de debates. A TV vai fortalecer o Poder Legislativo Municipal e a democracia parti-

cipativa em Araras”, afirma o presidente da Câmara Municipal, Breno Zanoni Cortella.

“A Rede Legislativa de Rádio e TV está cada vez mais sólida. Já somos mais de 25 emissoras no ar e seremos em breve cerca de 50. E o mais importante, temos característica de rede. E, com o compartilhamento de conteúdo, nos tornaremos exemplo para emissoras públicas em diferentes esferas de poder”, prevê a coordenadora da Rede, Evelin Maciel.

## Capitais

Neste semestre, a Câmara dos Deputados iniciou a instalação de transmissores em mais cinco capitais. Em Salvador (BA), Natal (RN), Recife (PE), Rio Branco (AC) e Florianópolis (SC), as assembleias legislativas preparam as condições adequadas de infraestrutura, como abrigo e torre, para receber os equipamentos adquiridos pela Câmara dos Deputados num valor total de R\$ 8,4 milhões. Em algumas capitais, como Salvador e Florianópolis, os transmissores foram ligados e estão em fase final de testes. Em Natal, Recife e Rio Branco, obras de infraestrutura estão sendo feitas para melhorar as condições para receber os equipamentos. “Até o final deste ano, a Câmara irá operar nas 13 capitais de responsabilidade da Casa”, garantiu Abrahão Aidar, engenheiro da Câmara dos Deputados, responsável pela implantação nas capitais.

Num acordo entre Câmara e Senado, cada casa

legislativa fica responsável por implantar a TV Câmara e TV Senado digitais em 13 capitais. Assim há otimização de recursos e economia aos cofres públicos.

Sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, já estão no ar São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Cuiabá (MT), Palmas (TO), Vitória (ES), Goiânia (GO), além de Brasília (DF). As outras cinco capitais citadas entrarão em operação no segundo semestre.

Pelo Senado, já estão em operação Manaus (AM), São Luís (MA), Macapá (AP) e João Pessoa (PB). Para 2014, está prevista instalação em Belém (PA), Maceió (AL), Boa Vista (RR) e Porto Velho (RO).

“É fundamental que tenhamos em mente que as TVs Legislativas não são dos parlamentares e sim da população.”

**Sérgio Chacon**

Secretário de Comunicação da Câmara dos Deputados

## Padronização

A expansão da Rede Legislativa passa por um momento crucial: criar um padrão de transmissão de som e imagem e uma unidade editorial. As emissoras se mostram alinhadas

no papel de divulgação e ampliação das informações sobre o Parlamento. “É fundamental que tenhamos em mente que as TVs Legislativas não são dos parlamentares e sim da população. É para ela que devemos trabalhar, para mostrar às comunidades o que o Parlamento faz para a melhoria do bem-estar das pessoas”, define Sérgio Chacon, secretário de comunicação da Câmara dos Deputados.

Para garantir a linha editorial isenta e livre, as emissoras seguem as regras do bom jornalismo: dar o mesmo tempo e espaço para parlamentares de todos os partidos, apresentar os vários lados da mesma proposta e não seguir tendência política.

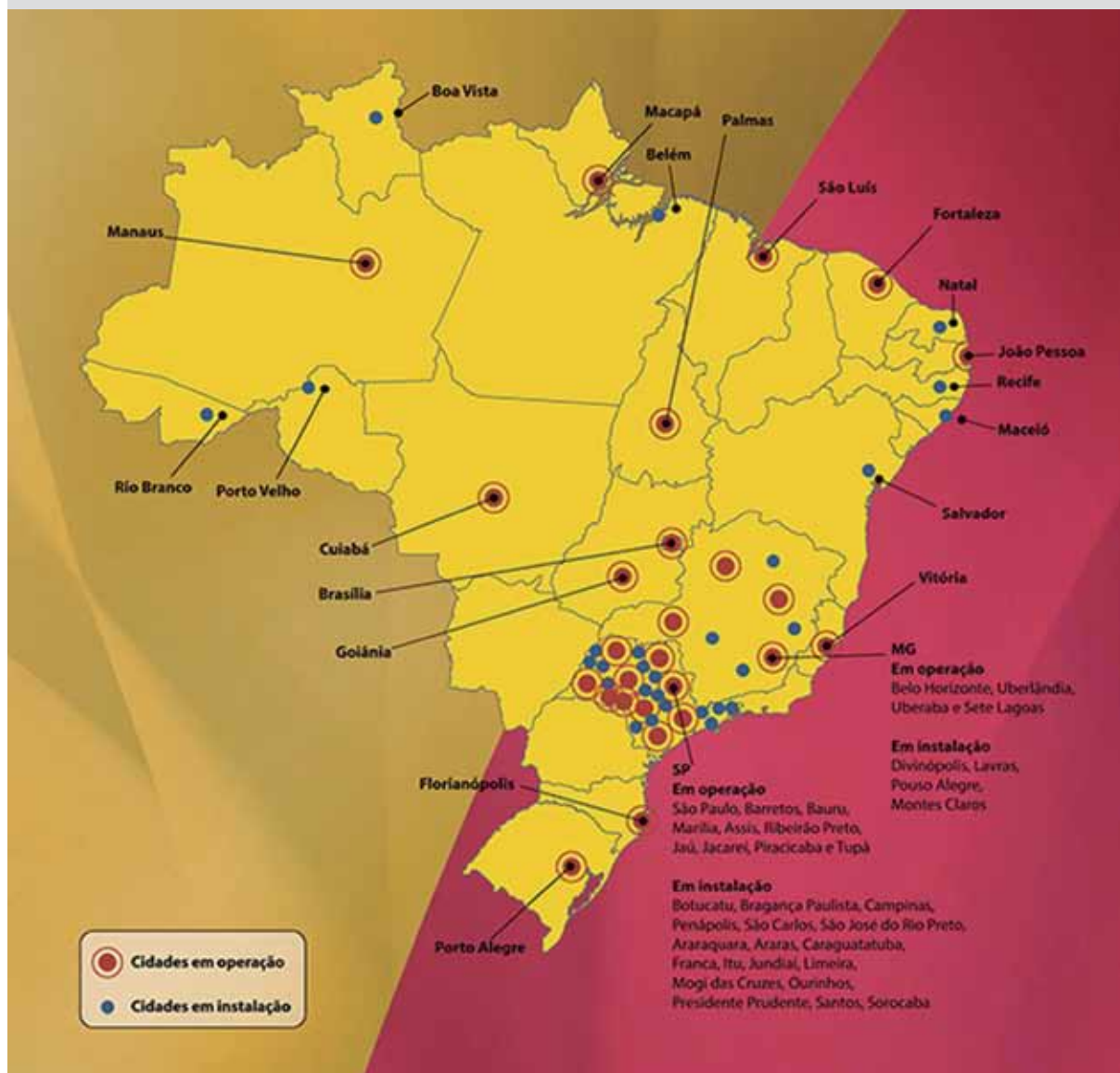
A responsabilidade aumenta quando os entrevistados são também candidatos. Em quase todas as emissoras municipais, há vereadores que concorrem a deputado estadual. Nas assembleias legislativas, a maioria disputa a reeleição ou tenta uma vaga no Congresso Nacional. O mesmo acontece na Câmara dos Deputados e no Senado. “Seremos acompanhados de perto por todos os candidatos que podem querer usar nosso trabalho para se



Presidente da Câmara de Marília, Luiz Eduardo Nardi, defende comunicação isenta



## ACOMPANHE A EXPANSÃO DO SINAL DIGITAL DA REDE LEGISLATIVA



beneficiar ou prejudicar um adversário. Por isso, é fundamental seguir a legislação eleitoral”, reforça Chacon.

As emissoras legislativas devem ter em mente o que diz a Constituição em seu capítulo sobre a administração pública: “A publicidade de atos,

programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”.

### Equipamentos

O principal diferencial da Rede Legislativa é o uso da multiprogramação. Um único canal digital é dividido em quatro, o que permite que Câmara, Senado, Assembleia Legislativa e Câmara Municipal possam ter uma pro-



Foto: A. B. / A. B.

*Configuração de transmissão via satélite vai padronizar recepção do sinal*

gramação independente com 24 horas no ar. O subcanal tem a configuração prevista por lei. O sinal .1 transmite a TV da Câmara dos Deputados, consignatária do canal; .2 e .3 ficam para Assembleia Legislativa e Senado Federal e .4 é o canal de TV Câmara Municipal. A correta configuração facilita a localização dos subcanais e garante a padronização da Rede. Por enquanto, apenas nas capitais, a configuração inclui o Senado.

“A Rede Legislativa é inédita, portanto a padronização vem firmar um caráter de sintonia com o Poder Legislativo. Para facilitar a audiência, informamos todas as maneiras de como sintonizar a TV Câmara em sinal digital e aberto. Por ser tudo novo e desconhecido, nossa tarefa é a informação”, garante Cido de Almeida, diretor de Comunicação Social da Câmara Municipal de Marília.

Os engenheiros da Câmara dos Deputados, em parceria com os contratados pelas câmaras municipais, desenvolvem projetos para atender as características de cada local e as necessidades das emissoras.

Em breve, a Câmara dos Deputados irá adotar uma nova configuração de transmissão via satélite para padronizar a recepção do sinal e reduzir os custos dos equipamentos para as câmaras municipais.

O padrão de transmissão será alterado de DVB-S para DVB-S2, o que proporcionará uma economia significativa na largura de banda de satélite necessária e aumentará a robustez do sinal recebido.

Os canais da Câmara e do Senado serão codificados em H.264 e multiplexados em um único fluxo MPEG-2 TS antes

da subida para o satélite e eliminará a necessidade de encoders para esses canais.

Para as câmaras municipais que comprarem os seus equipamentos, recomenda-se a compra de três encoders, além de receptor de satélite digital DVB-S/S2, saídas de vídeo nos padrões ASI e vídeo composto e dois multiplexadores.

As câmaras municipais também precisam se adequar a legislação vigente. No período eleitoral, as emissoras são obrigadas a gravar a programação e armazenar por um prazo de 30 dias. Segundo a engenharia, um equipamento apelidado de dedo-duro ou censura cumpre a função de gravar os quatro subcanais da multiprogramação. O ideal é que ele tenha capacidade para gravação simultânea e independente de quatro canais

de vídeo e de áudio, entre outras características.

A Portaria nº 354/2012 do Ministério das Comunicações regula as regras para evitar a variação de áudio entre a programação e o intervalo, conhecida como *loudness*. São algumas as opções de equipamentos que monitoram o controle de áudio, entre eles um processador para correção de *loudness* em tempo real e um monitor que registra os valores de *loudness* irradiados.

“A padronização dos equipamentos adquiridos pelas parcerias locais é fundamental porque, além de atender às exigências legais, permite que se verifique a qualidade do sinal efetivamente irradiado por cada transmissor”, defende o diretor de infraestrutura da Câmara dos Deputados, Luiz Flávio Menezes. [A](#)

“ A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

(CF, art. 37, § 1)



Divulgação

Equipamentos recém inaugurados na Câmara Municipal de Marília

## ■ TV ALMG

## ALMG investe em projetos de interatividade para TV digital

*TV Legislativa exhibe programa em parceria com universidade e desenvolve aplicativo para plenário*

POR | REDAÇÃO

Atenta à nova forma de comunicação direta com o telespectador, a TV ALMG sai na frente e cria um grupo de trabalho para desenvolver soluções em aplicativos interativos com o Ginga, programa genuinamente brasileiro projetado para o padrão de TV digital escolhido pelo país.

A criação do grupo de TV digital na Casa dá sequência ao trabalho que a TV Assembleia tem feito, em parceria com outras instituições, para elaborar

produtos e conteúdos interativos. Um deles, realizado com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), consistiu na criação de pequenos programas na área de ciências.

O projeto, que ganhou o nome de Explorando Consciências, foi selecionado pelo Ministério das Comunicações, juntamente com outros de nove instituições brasileiras, para difundir, fomentar e aprimorar o middleware Ginga para o padrão nacional de TV

digital. A interatividade é uma possibilidade oferecida pela TV digital ainda pouco explorada no Brasil.

Foram exibidos quatro vídeos, cada um com aproximadamente dois minutos de duração. Nesta etapa experimental, os programas abordaram curiosidades históricas e geográficas da Zona da Mata mineira. Durante a exibição, o telespectador pôde acessar informações complementares sobre o assunto, usando o controle remoto.



Dmigeleto

Abertura do programa interativo produzido pela TV Assembleia e UFJF



Grupo de trabalho se reúne semanalmente. Da esquerda para a direita: Marcus Vinícius Rocha, analista de TI; Marcos Rainho, gerente-geral de Radiodifusão; Antônio Osse, engenheiro de telecomunicações e coordenador do GT; e Leandro Matosinhos, editor da TV Assembleia

A tela se dividia e aparecia um menu com as opções a serem consultadas.

“Nossa ideia é dar início a uma nova forma de uso da televisão digital no Brasil, uma vez que o sistema analógico será substituído pelo digital até 2018. Belo Horizonte (MG) será uma das primeiras cidades a fazer a migração para o sistema digital e precisamos estar preparados para a interatividade”, prevê o diretor da Rádio e TV da ALMG, Rodrigo Lucena.

### Interatividade nas sessões plenárias

A TV Assembleia deseja ampliar sua atuação em aplicativos de interatividade. Por isso, o grupo de trabalho, formado por engenheiros de telecomunicações, de tecnologia da informa-

ção e jornalistas, trabalha agora para desenvolver um aplicativo para ampliar a participação dos cidadãos durante a votação das leis em plenário.


O objetivo é garantir ao telespectador o acesso, de forma interativa, informações complementares, como o partido do deputado que está na tribuna, sua região de atuação e o parecer de alguma proposta em discussão.

“No futuro, o aplicativo será mais elaborado e permitirá a maior interlocução da Assembleia com o público, por meio da TV”, aponta Lucena. Ele adianta que a Assembleia poderá fazer sondagens com os telespectadores ou mesmo responder demandas por meio da TV interativa.

O grupo de trabalho, criado em junho deste ano, é co-

ordenado pelo engenheiro Luiz Osse, da Gerência-Geral de Radiodifusão, e inclui servidores ligados à Gerência-Geral de Tecnologia da Informação e às áreas de jornalismo e radiodifusão, da Diretoria de Rádio e Televisão.

Segundo Osse, durante as atividades do grupo, os integrantes vão desenvolver programas, receber treinamentos e também repassar o conhecimento adquirido aos demais colegas das áreas. “Inicialmente, vamos trabalhar para aumentar a informação disponível na tela da TV. A longo prazo, outros tipos de interação poderão surgir, como as intervenções em programas ao vivo”, resume Osse.

Durante os trabalhos do grupo, deverá ser mantida também, em alguns momentos, a interação com a UFJF. 

## ■ TV AL/SC

## TVAl de Santa Catarina oferece tradução em Libras

*Emissora vai além da legislação brasileira e inclui deficientes auditivos entre seus telespectadores*

POR | REDAÇÃO

Todas as sessões ordinárias da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, transmitidas pela TVAl, têm tradução simultânea para a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras). O objetivo é permitir que pessoas com deficiência auditiva possam acompanhar o que é discutido e votado pelos deputados estaduais. Dados do IBGE computam um número de aproximadamente 180 mil surdos em Santa Catarina.

A coordenadora da TVAl, Suelen Costa, lembra que as pri-

meiras experiências com tradução em Libras no parlamento catarinense foram feitas em 2012, durante reuniões e eventos promovidos pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em 2013, um convênio entre o Legislativo e a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) permitiu que intérpretes cedidos pela fundação passassem a fazer a tradução simultânea das sessões ordinárias.

“Quando o convênio venceu, em abril de 2014, a Assembleia

Legislativa optou por contratar diretamente três profissionais que trabalham com tradução simultânea para a Linguagem Brasileira de Sinais. É uma iniciativa importante, que reforça o empenho do Parlamento em oportunizar a todos os catarinenses o acesso à informação, ao conhecimento”, afirma Suelen.

Para trabalhar na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, os tradutores tiveram que estudar o linguajar específico da área. Leram atas, analisaram projetos de lei, decoraram os nomes de todos os parlamentares, observaram quais os termos mais utilizados no dia a dia de trabalho. A imagem dos intérpretes fazendo a tradução simultânea é produzida a poucos metros do plenário onde discursam os deputados, em uma pequena sala. A tradução é filmada e transmitida no canto inferior da tela da TV, simultaneamente e ao vivo, chegando aos lares de todos os catarinenses.

Segundo a Lei 10.436 de 2002, “deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil”.



*Intérpretes estudaram termos usados na Assembleia Legislativa*

■ TV AL/CE

## TV Assembleia do Ceará prevê estúdio panorâmico para novembro

*Nova estrutura vai se adequar ao padrão televisivo local e garantir qualidade ao telespectador*

POR | REDAÇÃO

A TV Assembleia (canal 30) prevê a inauguração de seu novo estúdio em novembro deste ano. Está em construção o local, com visão panorâmica da cidade de Fortaleza (CE) para a transmissão dos telejornais da emissora.

O novo estúdio funcionará na cobertura do Anexo I da Assembleia Legislativa e será todo de vidro, a exemplo do que existe hoje em uma emissora comercial da capital cearense. Também serão utilizados equi-

pamentos de última geração para permitir uma transmissão de melhor qualidade.

O coordenador de comunicação da Assembleia Legislativa, jornalista Adriano Muniz, informou que o objetivo do processo de modernização da TV Assembleia é dar mais visibilidade ao trabalho dos deputados estaduais e às atividades do parlamento cearense. “Nesse momento está sendo licitada a obra de estruturação do quin-

to andar para suportar o peso do estúdio e a parte de iluminação, de refrigeração”, afirmou.

A TV Assembleia foi inaugurada no dia 7 de abril de 2006. Além dos telejornais Primeiro Expediente, exibido às 08h20, e do Jornal da Assembleia, que vai ao ar às 18h50, também são transmitidas, ao vivo, todas as sessões plenárias, reuniões de comissões, programas de entrevistas, musicais, de entretenimento e documentários.



Futura vista do novo estúdio

## ■ TV CÂMARA VALINHOS - SP

## À espera de consignação, TV Câmara Valinhos amplia programação

*Telejornal e programa de entrevistas levam informação sobre o Parlamento e resgatam memória de autoridades da cidade*

POR | REDAÇÃO

A TV Câmara Valinhos, no interior de São Paulo, estreou dois programas com produção própria: o telejornal 'Câmara em Notícias' e o 'Sala de Visitas'. O objetivo do Departamento de Comunicação da Câmara é adquirir ritmo de produção de conteúdo próprio até que o Ministério das Comunicações libere o canal digital aberto para a cidade.

Uma portaria do Minis-

tério das Comunicações, de abril de 2012, incluiu Valinhos e outras 52 cidades brasileiras na transmissão do sinal pelo Sistema de Radiodifusão de Sons e Imagens da TV Câmara. Oito meses depois, o Ministério das Comunicações, também por meio de uma nova portaria, excluiu Valinhos e outras seis cidades do Plano Básico de Distribuição de canais. O presidente da

Câmara de Valinhos, Lorival Messias, mantém contato com autoridades para liberação do canal digital aberto. Os equipamentos foram comprados e aguardam instalação.

A TV Câmara de Valinhos já era conhecida pela população da cidade com o acompanhamento das transmissões das sessões ordinárias ao vivo e também dos eventos sediados na Casa. A atividade no Parla-



Jornalista Gustavo Schiezarro apresenta o telejornal 'Câmara em Notícias'





Presidente da Câmara de Valinhos, Lorival Messias, no primeiro programa 'Sala de Visitas' com Denise Giunco

mento valinhense é tão intensa que, em 2013, cerca de nove mil pessoas compareceram às solenidades e outros eventos culturais e educativos. No primeiro semestre deste ano, já foram quase quatro mil visitas à Câmara. A grande circulação de pessoas na sede do Poder Legislativo exigiu empenho dos profissionais da TV Câmara para garantir a cobertura dos principais eventos da Casa.

Ao perceber que a Câmara de Valinhos estava no centro das atenções dos valinheneses – não só pelas decisões políticas, mas também por ser palco de grandes eventos – o presidente Lorival Messias determinou a produção de um telejornal que tivesse, pelo menos, duas edições semanais. O projeto ganhou

força graças ao empenho de jornalistas, técnicos e equipe de apoio. Desde setembro de 2013, o 'Câmara em Notícias' tem a aprovação da população e de autoridades.

Para o presidente da Câmara Municipal, a produção do telejornal é um ensaio para que Valinhos possa, definitivamente, receber o canal digital aberto e, daí sim, ampliar a programação. "Com isso, a nossa equipe tem ganhado ritmo de trabalho diário de produção, porque temos convicção de que o Ministério das Comunicações e a Anatel resolverão em breve o problema da falta de liberação do canal de TV aberto", afirma Messias.

O novo desafio para a TV Câmara, neste ano de 2014, foi a cobertura do maior even-

to turístico de Valinhos: a Festa do Figo e Expogoiaba. Pela primeira vez em 65 anos de festividades, o evento teve cobertura jornalística em tempo integral e com registro das principais atrações. Em três semanas de festa, mais de três horas de programação - com entrevistas, shows e novidades - foram ao ar.

Em maio deste ano, estreou o programa de entrevistas 'Sala de Visitas'. Em um primeiro momento, o objetivo da nova programação é entrevistar autoridades e ex-prefeitos, ex-vereadores, ex-vice-prefeitos e ex-presidentes da Câmara. O bate-papo com políticos que ajudaram a escrever a história de Valinhos permite o resgate da memória do município ao mesmo tem-

po em que se faz um paralelo entre a realidade passada, presente e futura.

Em um segundo ciclo de entrevistas, o 'Sala de Visitas' vai entrevistar cidadãos valinheneses, membros de entidades assistenciais, sociais, educativas, de saúde. Os atletas, religiosos, conselheiros municipais, agentes de segurança e pessoas que se destacam em suas áreas de atuação também irão participar do 'Sala de Visitas'. Muitas dessas pessoas já procuraram o

Departamento de Comunicação, responsável pela TV Câmara, para terem espaço no programa de entrevistas. A grande procura mostra a importância desse canal para os valinheneses se expressarem e exporem suas opiniões.

Com o 'Sala de Visitas', a TV Câmara deu um grande salto em sua programação e garantiu espaço para conteúdo local de segunda à sexta-feira. O telejornal 'Câmara em Notícias' vai ao ar às terças e sex-

tas-feiras e o 'Sala de Visitas' é exibido às segundas, quartas e sextas-feiras pela Net (canal fechado) e Internet.

Mesmo permitindo que os cidadãos tenham um novo canal para estreitar a relação com o Poder Legislativo, as atividades da TV Câmara Valinhos ainda não atingem à totalidade dos lares valinheneses. Com o canal digital aberto, a produção legislativa poderá chegar a todos sem a necessidade de assinatura de TV paga.

Divulgação



As transmissões ao vivo das sessões plenárias ficam a cargo do jornalista Aelton Aquino

# LEIA A REVISTA DA ASTRAL

Agora, também, em versão digital no:  
[www.astralbrasil.org](http://www.astralbrasil.org)



## REVISTA DA ASTRAL

A melhor maneira de saber o que acontece na rede de comunicação, que leva aos brasileiros as notícias do Legislativo nos municípios, estado e no Congresso Nacional.

### ANUNCIE NA REVISTA DA ASTRAL:

Fale com a EMBRASEC – Edmilson Oliveira  
[comercial@astralbrasil.org](mailto:comercial@astralbrasil.org)  
[comercial@embrasec.com.br](mailto:comercial@embrasec.com.br)  
+55 (11) 2979-0806

**ASTRAL - Associação Brasileira das TVs e Rádios Legislativas**  
Tel.: +55 (61) 3037-3773  
[www.astralbrasil.org](http://www.astralbrasil.org)



**EXPO**  
2014

Broadcast and New Media Technology  
Trade Show & Conference

LOCAL:



EXPO CENTER NORTE  
Centro de exposições e convenções

Pavilhão Azul  
São Paulo - SP

Maior evento de **Broadcast e New Media Technology** da América Latina.

**SET EXPO 2014**

**Congresso:**  
**24 a 27** de agosto

**Feira:**  
**25 a 27** de agosto



Oportunidade de networking com  
mais de **10 MIL PROFISSIONAIS**

Além da Feira com mais de 14 mil m<sup>2</sup> e 300 empresas expositoras, a SET Expo trará o Congresso com 4 auditórios simultâneos discutindo o presente e o futuro do setor, contando com moderadores e palestrantes referências no mercado.

+ de **300** empresas expositoras  
com as melhores novidades do setor.

+ **170** palestras com tendências  
e conteúdos valiosos para você.

Inscrição no site: [www.setexpo.com.br](http://www.setexpo.com.br)



/SETengenhariaTV



/SETengenhariaTV



/SETengenhariaTV



/SETengenhariaTV

**Feira: 25 a 27 de agosto**

- Dia 25: das 12h00 às 20h00
- Dia 26: das 11h00 às 20h00
- Dia 27: das 11h00 às 19h00

**Congresso: 24 a 27 de agosto**

- Todos os dias: das 9h00 às 17h30